

LF
338.17361
M527
EX.2

ARNON DE MELLO
(Senador da República)

AÇÚCAR ONTEM
E HOJE

BRASÍLIA

ARNON DE MELLO
(Senador da República)

***AÇÚCAR ONTEM
E HOJE***

BRASÍLIA

**DISCURSOS DO SENADOR ARNON DE MELLO NO SENADO
FEDERAL JÁ PUBLICADOS:**

Energia Nuclear
Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Pesquisa
Emigração de Cientistas
Cientistas-meninos
Ciência e Democracia
Brasil: Passado e Presente
Rondon, Telecomunicação e Desenvolvimento
Legislação Social e Desenvolvimento
A Transamazônica e o Desenvolvimento do Nordeste
América Latina: Educação e Progresso
Problemas de Educação
Resposta ao Senador Edward Kennedy
Alagoas, Petróleo e Petrobrás
Pelé no Senado
Pensamento e Ação
Três Alagoanos
Chefes de Estado
Vereadores
Governo e Oposição
Missão de Governo
Açúcar: Fator de Equilíbrio da Unidade Nacional
Nova Política do Açúcar
Açúcar Ontem e Hoje

Outros discursos:

UMA EXPERIÊNCIA DE GOVERNO

Livraria José Olympio Editora — Rio

Para correspondência e pedidos:

Rua México, 168 — 10º andar — Salas 1001/05
Rio de Janeiro

Senhor Presidente, (*)

A Comissão Mista, integrada por membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, aprovou o parecer do seu Relator, Deputado Ítalo Fittipaldi, com substitutivo ao Projeto de Lei nº 1, do Governo Federal, que dispõe sobre a produção açucareira do País.

O calor das discussões, travadas no decorrer das reuniões da Comissão Mista, bem demonstra o sentimento de responsabilidade e a consciência do dever com que a matéria foi examinada. Nem sempre é criadora a concordância, tanto lhe faltam a vibração da contradita, que promove o esclarecimento, e o alimento da emoção, que acende e fecunda a imaginação para as soluções mais adequadas. A discordância, provocando o debate, é que, sobretudo, faz nascer a luz que elucida a inteligência e evita os descaminhos, pois no desconhecimento se encontram, fundamentalmente, as motivações dos erros. Conciliou-se, no caso em lide, o saber dos técnicos, habituados aos números e às estatísticas, com a visão política e a experiência dos representantes do povo, amadurecidos no dia-a-dia da convivência dos efeitos emanados do encontro das leis com a realidade, que elas hão de necessariamente exprimir. Cria o povo os fatos. A nós, legisladores, compete reconhecê-los e dar-lhes as normas e a ordenação jurídica, para que êles gerem as suas conseqüências desejáveis sem causar sacrifícios além dos estritamente essenciais. E não esqueçamos de que, como dizia Montesquieu, "qualquer povo sempre defende mais os costumes do que as leis".

O substitutivo do Relator, que não desfigura o projeto, consubstancia algumas das emendas apresentadas por parlamentares opositoristas e situacionistas que se ajustam às exigências do momento.

CONGRATULAÇÕES

Congratulo-me por isso, Sr. Presidente, com os ilustres membros da douta Comissão Mista, que colaboraram com o Governo Federal na reformulação da nossa política açucareira.

(*) Discurso pronunciado na Sessão de 4 de maio de 1971 do Senado Federal, em Brasília.

Não menos merece congratulações o Sr. Presidente da República, que, sensível à situação da agroindústria canavieira, solicita do Poder Legislativo os instrumentos legais necessários à presente etapa do desenvolvimento do nosso sistema açucareiro, começando por modificar o regime das cotas rígidas, irredutíveis e intransferíveis de uma a outra parte do território nacional.

Destaque-se, por igual, a atuação meritória do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio e do Sr. Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, que, responsáveis diretos pela implantação da Nova Política Açucareira, de bom grado aceitaram as sugestões do Poder Legislativo.

COERÊNCIA E FIDELIDADE

Justo será ressaltar, por outro lado, no episódio, a coerência e a fidelidade do Sr. Presidente da República à orientação desenvolvimentista, que se traçou desde o seu primeiro pronunciamento à Nação. A finalidade precípua do projeto que submeteu à nossa consideração é, evidentemente, a produtividade, sem a qual impossível se torna vencer a barreira do atraso. Nenhum outro objetivo foi o dêle ao convocar os produtores de açúcar para o desafio do aperfeiçoamento da agricultura e da indústria.

Irrisório é dizer-se que teve em mira apenas, no campo nordestino, beneficiar as usinas do Estado de Alagoas, tanto a realidade invalida, ofuscante, a increpação. Como está suficientemente esclarecido no quadro que junto a êste discurso, das 44 usinas situadas no Nordeste que já ultrapassaram suas cotas oficiais, 22 são de Pernambuco, 20 de Alagoas, uma da Paraíba e uma de Sergipe. Em Pernambuco, as de Ôlho d'Água, Barra, Massurepe, Maravilhas, Aliança, Cruangi, Petribu, Santa Tereza, Matari, Ipojuca, Pedrosa, Trapiche, Nossa Senhora do Carmo, Bom Jesus, União Indústria, Nossa Senhora de Lourdes, Tiúma, Pumatí, Frei Caneca, S. José, Jaboatão e Caxangá. Em Alagoas, as de Triunfo, Coruripe, Ouricuri, Capricho, Laginha, Sinimbu, Caeté, São Semeão, Santana, Uruuba, João de Deus, Santo Antônio, Campo Verde, Bititinga, Santa Clotilde, Serra Grande, Peixe, Camaragibe, Santa Amália e Terra Nova. Na Paraíba, a de Santa Helena. Em Sergipe, a Central Riachuelo.

APARTES

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Paulo Guerra — Antes de mais nada, congratulo-me com V. Ex^a por abordar assunto vital para a economia do Nor-

deste. Aproveito a oportunidade para dizer que essa política de estímulo à produtividade não se resume somente nas providências adotadas pelo eminente Presidente da República, quando enviou a esta Casa o projeto a que V. Ex^a acaba de se referir. Muitas são as razões que irão influir no aumento da produtividade do açúcar, principalmente no Nordeste, e V. Ex^a bem sabe que dentre essas razões está principalmente a verdade do custo da produção. V. Ex^a sabe que o Instituto do Açúcar e do Alcool, no seu trabalho sobre a safra passada, verificou que a tonelada de cana custava Cr\$ 33,55 para o Nordeste e Cr\$ 28,70 para o Centro-Sul. No entanto, o preço da tonelada de cana foi fixado em Cr\$ 25,84 para o Nordeste e Cr\$ 20,47 para o Centro-Sul, havendo, portanto, uma defasagem para o Nordeste de Cr\$ 7,71 e de Cr\$ 8,23 para o Centro-Sul. Eu pergunto a V. Ex^a como é que se pode estimular a produtividade com a defasagem de preços, com o achatamento de preços. De onde sai essa diferença?

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, nobre Senador Paulo Guerra, pelo seu aparte, que muito me honra. Mas eu gostaria de lembrar a V. Ex^a que o problema da fixação de preços do açúcar é feito dentro de determinadas regras. O IAA procedê a um levantamento de custos de uma safra de dois anos antes. Para êste ano, por exemplo, o levantamento foi da safra de 1968/69. Então, o IAA faz a proposta de preço ao Conselho Monetário, e o Conselho delibera considerando a produção agrícola em geral. Antes, era o Instituto que fazia o preço.

O Sr. Paulo Guerra — Até 1965.

O SR. ARNON DE MELLO — Mas há uma coisa que o Instituto não pode saber: é a posição das outras lavouras. O Govêrno, ao receber a proposta do IAA, verifica a situação da cana em relação a outros produtos agrícolas, com o objetivo de evitar que, elevando-se-lhe os preços, cresça demais a área da lavoura canavieira, pois, em tal caso, se estimularia a monocultura.

O Sr. Paulo Guerra — V. Ex^a me permite outro aparte? **(Assentimento do orador.)** — V. Ex^a sabe que um dos setores da atividade rural orientados por uma economia dirigida é o da cana-de-açúcar. Portanto, não existe êsse perigo a que V. Ex^a alude.

O SR. ARNON DE MELLO — Lamento discordar da afirmação de V. Ex^a Vou responder a V. Ex^a agora mesmo com um fato registrado na safra de 1969/70. O Instituto do Açúcar propôs, então, um aumento de preço da ordem de 38% para São Paulo. O Govêrno reduziu a proposta a 32%, e o Sr. Ministro da

Fazenda ainda assim achou muito alto o acréscimo concedido. Baseado nesses 32%, o aumento da produção paulista da safra de 1969/70 para a de 1970/71 foi de cerca de nove milhões de sacas, e ainda ficaram cerca de quatro milhões de sacas em canas nos campos por serem moídas. Se se atenta em que o crescimento do consumo brasileiro anual é de 3%, vê-se bem o problema que tal situação criou. E anote-se que a proposta, recusada pelo Governo, era de 38%. Com este aumento, todo mundo que pudesse iria para a lavoura de cana, abandonando as outras lavouras.

O Sr. Paulo Guerra — V. Ex^a permite um aparte? (**Assentimento do orador.**) — Parece-me que não me fiz entender por V. Ex^a. O aumento da produção não quer dizer que seja aumento da produtividade. Entendo que aumento da produtividade é outra coisa: é produzir mais na mesma área, e não produzir mais, ampliando a área. Foi o que ocorreu em São Paulo. Se V. Ex^a quer aumentar a produtividade para dar maior rentabilidade ao açúcar, é só o Governo estipular que a mesma área dê mais rendimento. Se São Paulo aumentou em 12 milhões de sacas a sua produção, é evidente que o fez porque tem maior área.

O SR. ARNON DE MELLO — Vossa Excelência me perdoe, mas eu não estou falando agora em produtividade. Estou falando em número de sacas de açúcar. A função do Governo não é propiciar a monocultura, mas promover o equilíbrio da produção agrícola em geral. O Governo compara a posição da cana, em termos de rendimentos econômicos, com a posição da pecuária e das diversas lavouras para fixar os níveis de preços compatíveis com o seu plano de autorização de produção. Se nós constituíssemos aqui o Instituto da Laranja e elevássemos o seu preço, todo o mundo iria plantar laranja. O Governo deu menos a São Paulo do que o IAA sugeriu, e, ainda assim, o aumento da produção paulista foi imenso.

Está bem claro, portanto, Sr. Presidente, como ia dizendo antes de me honrar com os seus apartes o eminente Senador Paulo Guerra, que a proposição oficial não quis prestigiar este ou aquele Estado ou região, mas única e exclusivamente estimular a produtividade, vale dizer, beneficiar o próprio povo brasileiro, pois dizer produtividade é dizer redução dos custos, ou seja, barateamento da vida.

PERNAMBUCO E ALAGOAS

Vê-se, pelos números citados, que o grande Estado de Pernambuco, que também possui terras adequadas à produção de açúcar, em termos competitivos, dispõe de 22 usinas que o

colocam em primeiro lugar em número de unidades industriais que no Nordeste ultrapassaram as cotas fixadas pela lei.

O Sr. João Cleofas — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com muito prazer.

O Sr. João Cleofas — Para mim é motivo de congratulações que V. Ex^a faça esta referência à capacidade e ao espírito de iniciativa dos produtores de açúcar de Pernambuco. Eu me congratulo com V. Ex^a pela citação desses dados porque êles desfazem uma impressão falsa, senão tendenciosa, que tantas vêzes se divulga, de incapacidade do produtor pernambucano. Quero ainda me congratular, nesta oportunidade, com o Governo e, em especial, com o Ministério da Indústria e do Comércio e com o Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool pela receptividade que nos proporcionou, aceitando sugestões do Poder Legislativo no sentido de garantir aperfeiçoamento à redação, à técnica e ao espírito do projeto. Mas não quero deixar de salientar que V. Ex^a, ao meu ver, não respondeu à indagação do nobre Senador Paulo Guerra. Sua Excelência colocou o problema nestes termos: o Instituto é um órgão técnico e econômico. Faz estudos de custo de produção. Não importa que às vêzes êle se atrase na elaboração desses estudos, porque as suas seções técnicas poderão atualizar os dados que servem para os mesmos estudos. Mas o Instituto faz êsses estudos que interessam a Pernambuco, interessam, por igual, a Alagoas, senão a todo o País, onde, como há usinas prósperas, há também outras sofrendo dificuldades financeiras das mais graves. É a base de seus estudos — que tenho como certo que são criteriosos — que determina os níveis de preço. Então, êsse nível de preço, na prática, não é atingido; não é homologado pelo Governo; não é homologado, vamos dizer, pelas autoridades monetárias, sob o fundamento de que os recursos financeiros não dão para atendê-lo. Neste último ano, por exemplo, o chamado Fundo de Exportação do Açúcar proporcionou renda, vamos dizer em termo mais comum, proporcionou lucro bastante apurado, que poderia ser aplicado para minorar essas situações de dificuldade. Esta, a estranheza que todos os produtores podem ter, porque conhecem o esforço do Governo, os altos propósitos do Governo de amparar por igual a agricultura. Ainda há pouco, vimos as declarações, as mais enfáticas, do grande Ministro da Fazenda do Brasil, quando S. Ex^a diz que é impossível desenvolver o País com uma agricultura retardada. Eu completarei que é impossível uma agricultura próspera sem ter para ela preços remunerativos. Esta é a realidade. Nós ouvimos o **slogan** "Plante que o

Governo garante”, e o Governo, de fato, tem, louvavelmente, garantido preço mínimo para numerosos gêneros essenciais à alimentação do povo brasileiro. Em relação ao açúcar, porém, está prevalecendo essa política, de certo modo discriminatória, e, vamos dizer a verdade, absolutamente injusta. Sei e posso dizer que há motivo para congratulações, porque o Governo, na verdade, a par destas leis, dentro de poucos dias baixará decretos-leis que terão um sentido de racionalização e de estímulo maior, mais evidente, mais obstinado à produtividade. Estamos, todos nós, esperançosos e confiantes em que essas leis venham o quanto antes, e venham para serem executadas.

O SR. ARNON DE MELLO — Acolho, nobre Senador João Cleofas, com muito aprêço, o aparte de V. Ex^a, e peço que aguarde um pouco mais, porque êle será devidamente respondido, como também o será o aparte do nobre Senador Paulo Guerra.

O Sr. João Cleofas — Aguardamos com prazer.

O SR. ARNON DE MELLO — No caso que nos ocupa, como em outros, nada há a separar Alagoas de Pernambuco, e a nossa solidariedade aos pernambucanos bem se afirmou ainda no ano passado quando os produtores alagoanos pleitearam do IAA que fôsse o grande Estado autorizado a fabricar, em 1970, mais dois milhões e quinhentos mil sacos de açúcar demerara.

Nem se afirme que a produtividade alagoana decorre de proteção do IAA, pois foi dêle, obediente à lei, injusta mas lei, a determinação de paralisar tôdas as nossas usinas, em abril do ano passado, quando ainda possuíamos nos campos, para moer, duzentas mil toneladas de cana.

Se, no entanto, procuramos saber o volume de investimentos e empréstimos, inclusive consolidação de débitos, que o IAA fêz e os avais que concedeu em Pernambuco e Alagoas nos últimos cinco anos, verificamos que Pernambuco tem de investimentos, empréstimos e avais do Instituto mais cruzeiros por sacos de açúcar que Alagoas.

O Sr. Paulo Guerra — Poderia V. Ex^a citar o total desses números?

O SR. ARNON DE MELLO — Não tenho aqui êsses dados, mas V. Ex^a poderá obtê-los facilmente no próprio Instituto ou na Cooperativa de Produtores de Açúcar de Pernambuco.

O Sr. Paulo Guerra — Quero dizer a V. Ex^a que sòmente uma usina do Paraná recebeu um reajustamento, uma injeção de capital, muito maior que tôdas as usinas de Pernambuco. Sabemos, como V. Ex^a, que o Paraná o merece; é um Estado que deve ser apoiado na sua agroindústria; mas, ao mesmo

tempo, sabemos que o Paraná é um Estado rico, que pode dedicar-se a outros produtos agrícolas. Pernambuco tem alicerçada a sua economia na cana-de-açúcar, porque a cana-de-açúcar está ligada, em Pernambuco, queiram ou não queiram, à própria estabilidade social do País.

O SR. ARNON DE MELLO — Eminente Senador Paulo Guerra, não estou falando do Paraná.

O Sr. Paulo Guerra — V. Ex^a está citando dados de reajustamentos, em Pernambuco. Mas V. Ex^a precisa verificar o que o Centro-Sul recebe em comparação ao Nordeste, V. Ex^a que é um dos maiores Senadores do Nordeste.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado a V. Ex^a, mas quase diria a V. Ex^a, usando expressão popular, que isso são outros quinhentos mil réis. No momento, estamos falando sobre o Nordeste, Pernambuco e Alagoas.

Não protestamos contra as ajudas do IAA a Pernambuco, antes estimaríamos que êle aumentasse muito mais ainda sua contribuição à modernização e produtividade da agroindústria açucareira do Nordeste, pois se trata de uma sustentação do nível de emprêgo, o que é vital para todos nós. Apenas não concordamos em que isto seja feito às expensas da eliminação de qualquer forma de competição, ao nível empresarial.

O Sr. João Cleofas — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. João Cleofas — É muito grato para nós mantermos êste diálogo e prestarmos êsses esclarecimentos ao Senado, o que importa em fazê-lo à própria Nação brasileira. Mas V. Ex^a deveria trazer êsses dados objetivamente discriminados, porque o que sei, do que estou informado, com absoluta segurança, é que recursos dispensados pelos poderes públicos para o reequipamento e a melhoria de condições de funcionamento das usinas de Alagoas têm sido muito maiores do que aquêles dispensados a Pernambuco. Acontece que regularizações de dívidas, em Pernambuco, talvez sejam um pouco maiores; mas os equipamentos, os empréstimos com finalidades caracterizadamente econômicas têm beneficiado muito mais Alagoas do que Pernambuco. Não quero colocar o problema em termos de rivalidade entre Pernambuco e Alagoas. Ao contrário, não há distinção entre ambos os Estados, nem geográfica nem regional. Devemos viver irmanados e identificados. Na realidade, porém, causa até estranheza que, se construindo, neste instante, um terminal açucareiro em Pernambuco, destinado à exportação, e com capacidade para atender a um aumento de três vezes o total da exportação atualmente do País, ainda se vá

construir, por um motivo regional, um terminal açucareiro em Alagoas, que apresentará uma grande, uma enorme, uma injustificável capacidade ociosa. Vê V. Ex^a que com apenas essa distinção pareceu-me que V. Ex^a quisesse mostrar como o Estado de Alagoas está sendo beneficiado.

O Sr. Paulo Guerra — O nobre orador ainda permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não.

O Sr. Paulo Guerra — Gostaria que V. Ex^a estivesse na tribuna irmanando as reivindicações de Pernambuco, as reivindicações de todos os produtores de açúcar, quer do Paraná, quer de São Paulo, quer do Estado do Rio de Janeiro, enfim, de todos, em torno de uma causa, para que se fizesse justiça à agroindústria canavieira do Brasil.

O SR. ARNON DE MELLO — Lamento dizer a V. Ex^a que não sou produtor de açúcar, nem plantador de cana.

O Sr. Paulo Guerra — E eu, graças a Deus, não o sou.

O SR. ARNON DE MELLO — E, nobre Senador João Cleofas, cumpre-me também dizer a V. Ex^a que as informações que tenho contrariam as que V. Ex^a acaba de apresentar.

O Sr. João Cleofas — Iremos debulhá-las, se V. Ex^a permitir. Devo dizer a V. Ex^a e ao Senado que sou, realmente, plantador de cana e produtor de açúcar. Mas sou daqueles produtores que não têm qualquer compromisso financeiro — e posso falar bem alto — com nenhum estabelecimento de crédito. Tenho, portanto, com meu passado, minha vida pública e minhas atividades particulares, autoridade para debater êste assunto.

O SR. ARNON DE MELLO — Senador João Cleofas, eu o conheço muito bem para jamais imaginar que a atitude tomada por V. Ex^a, no caso do Projeto nº 1, corresponda a interesse de plantador de cana ou de produtor de açúcar.

O Sr. João Cleofas — Eu sei, e todo o Senado — direi mais — assim me conhece. Mas, não há mal nenhum em que eu faça esta proclamação, pois sei inclusive a repercussão que um discurso feito por V. Ex^a terá no Brasil.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado a V. Ex^a; é generosidade sua. Quando disse que não sou plantador de cana nem produtor de açúcar é porque o nobre Senador Paulo Guerra declarou que desejaria estivesse eu irmanado com todos os plantadores de cana e todos os produtores de açúcar.

INTÉRPRETE DOS ANSEIOS DE ALAGOAS E DA NAÇÃO

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, Senador.

O Sr. Paulo Guerra — É que V. Ex^a representa um Estado que tem em grande parcela, como base de sua economia, a plantação de cana-de-açúcar. Portanto, V. Ex^a o representa, tenho a impressão com muita honra para êle.

O SR. ARNON DE MELLO — Sobretudo com muita honra para mim.

O Sr. Paulo Guerra — E eu gostaria até de contar com V. Ex^a na representação de Pernambuco. Não quis insinuar, de maneira alguma, que V. Ex^a fôsse produtor de açúcar. Desejaria mesmo que V. Ex^a interpretasse os anseios de justiça dos produtores de açúcar do Brasil.

O SR. ARNON DE MELLO — Acredito, nobre Senador Paulo Guerra, que, nesta minha atitude em favor da produtividade, eu não sòmente interpreto os anseios e interêsses de Alagoas, mas do Nordeste e do Brasil. Animo-me a esperar que V. Ex^a ouça o meu discurso até o fim.

AS COTAS

Sr. Presidente, a posição que tomamos no caso não é contra nem a favor de ninguém. Recusamos o paternalismo como incapaz de dar solução aos problemas econômicos e sociais. Combatemos a contradição da existência de lavouras modernas e antigas, responsável por crises que se repetem, como é responsável, pelas tensões do presente, a contradição do passado e do futuro. Enfim, defendemos no caso, pura e simplesmente, a produtividade, essencial para a melhoria do padrão de vida do trabalhador rural e para a aceleração do desenvolvimento do País.

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Ex^a mais uma interrupção?

O SR. ARNON DE MELLO — Com muito prazer, Senador.

O Sr. Paulo Guerra — Não entendo o que V. Ex^a compreende por produtividade. Para mim, produtividade tem sentido muito amplo. V. Ex^a não aceita nem defende a verdade do custo de produção do açúcar. A produtividade está ligada a êsse fator, a produtividade está ligada a fatôres históricos, pois V. Ex^a sabe que a indústria do açúcar de Pernambuco, no Govêrno que

antecedeu à Revolução, sofreu muito mais do que a indústria de açúcar de Alagoas. Como V. Ex^a não desconhece, estivemos semanas e semanas parados por greves, enquanto em Alagoas não sofreram como sofremos. Tudo isso foi descapitalizando a agroindústria do açúcar em Pernambuco. A situação de saúde do homem da agroindústria do açúcar em Pernambuco deve ser, também, levada em consideração para se estabelecer o critério justo da produtividade; não é somente critério técnico, elaborado com a melhor intenção. Estamos aqui para ajudar o Governo da República. O eminente Presidente Médici, segundo minha impressão, deseja a verdade, deseja que cada representante não venha a esta Casa bater palmas, mas levar ao seu conhecimento e ao da Nação aquilo que o povo sente e deseja. É por isso que estamos aqui apartando V. Ex^a

O SR. ARNON DE MELLO — Não preciso destacar, nobre Senador Paulo Guerra, a alegria que tenho em receber seus apertes. Acho que devemos, nesta Casa, estabelecer o diálogo franco, na presença do povo, sobre os problemas fundamentais da nossa região e do País. Honra-me V. Ex^a com os seus apertes, nobre Senador Paulo Guerra.

O Sr. Paulo Guerra — Obrigado a V. Ex^a

O SR. ARNON DE MELLO — Quanto à produtividade, não há outro entendimento senão este: o máximo de produção com o mínimo de custos, o que depende de vários fatores já por mim assinalados.

Senhor Presidente, ninguém pode defender a permanência do **status quo** que cristaliza situações artificiais e esdrúxulas e posições transitórias em detrimento do interesse coletivo.

As cotas, a serem redistribuídas de acordo com o projeto governamental que o Congresso examina, foram concedidas faz muitos anos, umas desde 1956, outras em 1965, e a título precário e por prazo determinado, que já finda este ano. Evidentemente, os produtores que as realizaram não terão reduzidas as suas autorizações de produção, mas, ao contrário, poderão aumentá-las, tanto como não serão prejudicados aqueles que não as alcançaram, mas têm condições de fazê-lo. O que não se pode é manter cotas por largo tempo não executadas, tal se houvessem sido doadas por direito divino ou como latifúndios, que, mesmo improdutivos, têm a garanti-los o direito de propriedade.

INJUSTIÇA

Mais de dois e meio milhões de cotas se acham comprometidas com usinas fechadas há, pelo menos, quatro safras! Outras usinas, com cotas de 6.105.899 sacas, produziram apenas,

no máximo, 1.266.561 sacas, ou seja, 20,74% da cota na média do triênio 67/70. Tenho em mãos um quadro de oito usinas de Estados do Nordeste que realizaram menos de 25% das suas cotas no triênio 67/70 e caíram de produção nos três triênios anteriores. Com uma cota total de 1.436.450, produziram elas nada mais que a média de 96.374 sacas em três anos, de 1967 a 1970! E ainda há cotas alocadas a usinas que jamais funcionaram nem ainda foram sequer instaladas.

Enquanto isso, as 44 usinas de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Sergipe, que há pouco citei, dispoendo de uma cota global oficial de 13.853.331 sacas, produziram, naquele triênio, 15.771.434 sacas, ou seja, em termos de ocupação média das cotas por parte do conjunto nordestino (73,82% da cota oficial), 5.545.534 sacas a mais do que o que lhes caberia produzir se houvesse correspondência entre as cotas oficiais e as autorizações anuais de produção.

Foi, aliás, para suprir a falta de produção daquelas usinas contempladas com limites oficiais excessivamente altos para suas forças que as usinas com limites abaixo de sua capacidade tiveram autorização para produzir êsses excedentes.

Pois se há, Srs. Senadores, usinas capazes de aumentarem sua produção em termos econômicos, por que as obrigar a ficarem marcando passo, acorrentadas no justo ímpeto de sua expansão, enquanto livres, com limites excessivos, outras usinas, que por tantos anos não realizaram nem 25% das suas cotas e já demonstraram que não têm perspectivas de consegui-lo? Por que manter cotas mortas, deixando ao mesmo tempo estáticos, e desestimulando a própria tecnologia, aqueles que racionalizam a sua agricultura, modernizam suas máquinas e obtêm condições de produzir a custos baixos, num dinamismo que corresponde aos supremos interesses da Nação? Ademais, se vivemos numa fase de transição para o desenvolvimento, se "num mundo em movimento a imobilidade é uma desordem", como diz Edgar Faure, por que e para que cristalizar reservas de direitos que bloqueiam a produtividade e agravam as tensões sociais?

ABSURDO

Senhor Presidente, pelo regime atual, várias unidades industriais gozam de tranqüilidade que outras não desfrutam, e algumas com permissões legais para desenvolverem até mais quatro vezes a sua produção atual. Para que as demais usinas do País tivessem perspectivas idênticas, seria necessário elevar o limite nacional não para 100 milhões de sacas, como propõe o projeto, mas para 350 milhões de sacas. É uma situação privilegiada que certamente ninguém gostaria de perder, mas nin-

guém pode dizer que seria situação justa para os demais produtores de açúcar. Evidentemente, se Alagoas tivesse um limite de 40.000.000 de sacas, não tomaria a iniciativa de pedir mais.

De outro lado, elevar o limite oficial de produção para 350.000.000 de sacas seria conceder liberdade total de desenvolvimento às áreas mais dinâmicas do setor açucareiro, o que nos conduziria fatalmente ao rompimento do equilíbrio entre a produção e as possibilidades totais de consumo dos mercados interno e externo.

RECEIO INFUNDADO

Bem sabemos que há os que receiam as conseqüências práticas que poderão advir da quebra do tradicional e obsoleto mecanismo das cotas rígidas, irredutíveis e intransferíveis. Mas cumpre frisar que a crise iniciada na safra 65/66 foi justamente o subproduto natural do sistema a ser abolido e que se acredita constituir proteção dos interesses fundamentais dos produtores.

A modernização tecnológica ocorrida na produção agrícola tornou ineficaz o sistema de controle da oferta, através da atribuição de cotas rígidas, irredutíveis e intransferíveis a cada uma das unidades industriais do País. O primeiro resultado desse mecanismo foi uma escassez de açúcar no Brasil nos anos de 1962 e 1963. Tal escassez gerou preços altos, contra os quais os produtores evidentemente não protestaram, mas gerou também as famosas “filas do açúcar” no Rio de Janeiro e noutros lugares, e aí protestaram os consumidores e a imprensa.

“SOLTAR SÃO PAULO”

Submetido a estas pressões e sabendo que bastaria “soltar São Paulo” para ter o açúcar que quisesse, o Governo de então fez até muito mais do que isso: “soltou São Paulo” e “empurrou São Paulo”, concedendo-lhe créditos bem além daqueles que seriam suficientes para normalizar a situação do abastecimento nacional. Em conseqüência, as pressões provenientes de um **deficit** de produção de cerca de três milhões de sacas geraram uma elevação de 17 milhões. E veio o desastre.

Foi um dos muitos erros cometidos pelo Governo de então a concessão daqueles créditos excessivos, para a absorção de cujos efeitos muitos sacrifícios teve de suportar o nosso povo.

Forçoso é reconhecer, entretanto, que a origem do erro foram as pressões desencadeadas pelo **deficit** anterior e que aquela crise de superprodução jamais teria ocorrido se, em vez de “soltar” e “empurrar” São Paulo todo de uma vez, o Governo o houvesse “soltado” paulatinamente para absorver as

oportunidades que o mercado vinha oferecendo. Se assim o Instituto do Açúcar e do Alcool houvesse procedido nos idos dos anos 50 e no começo dos anos 60, apenas a fração mais válida da agricultura paulista se teria desenvolvido. E não se havia registrado escassez nem, conseqüentemente, reação popular à escassez.

Para ter-se idéia do processo neste setor ocorrido em São Paulo basta procurar saber quantas das suas usinas produziram menos neste ano do que em 1965.

O VERDADEIRO INTERESSE

O verdadeiro interesse dos produtores nacionais não está nas crises artificiais de escassez, que provocam reações perigosas, mas na manutenção do suprimento adequado e na produção das quantidades que individualmente possam realizar aos níveis de preços geradores do equilíbrio entre a oferta agregada e a procura dos mercados interno e externo. Em suma: o verdadeiro interesse dos produtores se acha em dispor de um mercado estável, sobre o qual possam fazer previsões razoáveis, e não em realizar lucros altos em dois ou três anos para sofrerem prejuízos irreparáveis nos anos subsequentes, porque o atual Governo não adota a política de "privatização dos lucros e socialização dos prejuízos", como tantas vezes, em crises anteriores, outros governos adotaram.

APOIO À COMISSÃO MISTA

O Sr. Paulo Guerra — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não.

O Sr. Paulo Guerra — É com especial agrado que ouço o discurso de V. Ex^a, nobre Senador Arnon de Mello. Mas todos nós estamos satisfeitos com o resultado a que chegou a Comissão Mista, com a aprovação, inclusive, das emendas que burilaram e aperfeiçoaram o projeto, e entendo que V. Ex^a não está na tribuna, nesta hora, somente aplaudindo o resultado dessa Comissão; está também lendo a plataforma de novas reivindicações para a indústria de açúcar de Pernambuco e Alagoas, num atestado de que não ficou satisfeito com as conclusões da Comissão.

O SR. ARNON DE MELLO — Não compreendi, nobre e eminente Senador Paulo Guerra, o seu aparte.

O Sr. Paulo Guerra — É porque nós estamos falando linguagem diferente.

O SR. ARNON DE MELLO — V. Ex^a diz, se bem ouvi, que não estou satisfeito com os resultados da Comissão Mista?

Pois se eu iniciei o meu discurso congratulando-me com a Comissão pelo magnífico trabalho que, com a participação de vários Srs. Senadores e Srs. Deputados, realizou em colaboração com o Governo! Por que não estou satisfeito com o trabalho da Comissão? Nobre Senador, empenho-me em realizar apenas um desprezioso estudo da situação do açúcar. Fiz desta tribuna o primeiro discurso. Verifiquei que a minha atitude e as minhas palavras talvez não houvessem sido bem compreendidas, e resolvi voltar a falar para esclarecê-las. Não entendo, sinceramente, onde V. Ex^a encontrou elementos para me atribuir uma posição que não tomei.

LÍDER DO GOVÉRNO

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com prazer, nobre Líder.

O Sr. Filinto Müller — Vou aproveitar o ensejo do aparte do nobre Senador Paulo Guerra, que interrompeu V. Ex^a, para, em primeiro lugar, congratular-me com V. Ex^a pelo magnífico discurso que está pronunciando. Sei que V. Ex^a contribuiu grandemente para que os trabalhos da nossa Comissão Mista tivessem êxito. A afirmação feita pelo eminente Senador Paulo Guerra, de que estão satisfeitos os industriais de Pernambuco com o trabalho da Comissão, é grandemente alentadora para todos nós. Quero ressaltar também a cooperação do Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, que nos enviou um técnico de alto gabarito, o Dr. Ronaldo Souza Valle. Nós promovemos um encontro entre Deputados e Senadores, não só os da Comissão, como todos os que se interessavam pelo assunto, e êsse técnico compareceu ao encontro, debateu amplamente com os parlamentares os problemas ligados ao projeto enviado pelo Governo. Graças a isso, graças à compreensão dos elementos da Comissão, graças às boas emendas apresentadas, entre as quais uma do eminente Senador Amaral Peixoto, que visou a amparar os plantadores de cana, graças a tal soma de esforços nós pudemos chegar a êsses resultados que V. Ex^a está destacando como dos mais favoráveis para a solução do problema. Agora, ouvi com imensa satisfação do eminente Senador Paulo Guerra — um líder incontestado não de plantadores de cana, ou de industriais do açúcar, mas um líder de Pernambuco e do Nordeste — a afirmação, para nós muito alentadora, de que está satisfeito com os resultados do trabalho da Comissão. Espero que êsse trabalho, aperfeiçoando como aperfeiçoou o projeto, redunde em benefício para toda a Nação. Felicito V. Ex^a pelo magnífico discurso que está fazendo...

O SR. ARNON DE MELLO — Muito grato a V. Ex^a

O Sr. Filinto Müller — ... e pelos esclarecimentos que está dando ao Congresso em tôrno dêsse problema tão importante para o Brasil.

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Filinto Müller, muito agradecido pelo aparte de V. Ex^a Devo dizer que antes, quando V. Ex^a ainda não havia chegado ao Plenário, fiz justiça ao Sr. Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, como também ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, pela compreensão que tiveram em relação às emendas que apresentamos ao projeto.

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Ex^a um aparte? (**Assentimento do orador.**) — Inicialmente, quero agradecer as bondosas referências do nosso Líder Filinto Müller,...

O SR. ARNON DE MELLO — Muito merecidas, que subscrevo com alegria.

O Sr. Paulo Guerra — ... tão generosas. Quero também afirmar que nós, quando discordamos ou quando apresentamos sugestões diferentes daquelas apresentadas pelo Sr. Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, ou pelo Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, não estamos fazendo injustiça a essas eminentes autoridades, estamos, pelo contrário, fazendo justiça ao seu elevado espírito público, procurando que aceitem nossa colaboração e aperfeiçoem suas proposições. Quero, portanto, esclarecer meu aparte dizendo que estranho que V. Ex^a venha sempre à tribuna falar em nome de Alagoas. Estou enciumado com isso, porque a causa do açúcar é a mesma; não existem fronteiras entre Pernambuco e Alagoas. E, por isso, quero dizer a V. Ex^a. que não estou entendendo também a orientação trazida, nesta Casa, por V. Ex^a, que é um eminente representante do povo alagoano. Gostaria que V. Ex^a ampliasse o seu manto de defesa e de interpretação da situação da agroindústria do açúcar também a todo o Nordeste, ao Estado de Sergipe, ao da Paraíba e ao meu Pernambuco. É isto que eu queria: que de mãos dadas defendêssemos a causa que é a causa do Brasil, não do Nordeste, porque é uma indústria que emprega quase 250 mil pessoas, e tem que ser defendida aqui, pelos representantes nordestinos, de mãos dadas.

SOLIDARIEDADE

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Paulo Guerra, antes de dar o aparte que me solicitou o nobre Vice-Líder Eurico Rezende, agradeço a Vossa Excelência a honra com

que me distinguiu, qual a de me convocar a falar também em nome de Pernambuco. A respeito da discordância de V. Ex^a, estimaria repetir o que disse Saint-Exupery a alguém que dêle discordou: quando V. Exa. discorda de mim, não está me diminuindo, está me aumentando. Traz a luz da sua inteligência e do seu espírito público — e agora são palavras minhas a V. Ex^a — para as decisões que devem ser tomadas e as posições que devem ser assumidas neste Congresso Nacional.

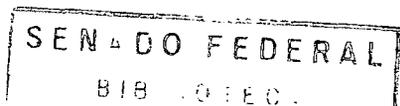
O Sr. Paulo Guerra — No caso, estou discordando é da orientação de V. Ex^a. Não que me falte coragem para discordar do Governo. Sou um homem disciplinado, da ARENA, estou a serviço da Revolução, mas não estou aqui somente para dizer amém.

O SR. ARNON DE MELLO — Perfeito. E eu já declarei aqui certa vez que solidariedade não é submissão. Solidariedade tem conteúdo moral, solidariedade é participação, e participação impõe o dever da verdade. Já aqui disse também que, quando exerci o Governo de Alagoas, não identifiquei nos meus adversários políticos os meus piores inimigos, mas sim nos “Yes, men”, naqueles para os quais eu estava sempre certo. E os erros por mim cometidos talvez corram por conta disso.

Dou o aparte ao nobre Senador Eurico Rezende.

PRESIDENTE DA COMISSÃO MISTA

O Sr. Eurico Rezende — Como Presidente da Comissão Mista, e não sendo diabético, V. Ex^a me permita ser também inquilino do seu discurso, que tanto interesse e até mesmo ciúmes pernambucanos está provocando. Eu acho que V. Ex^a devia indeferir o pedido do eminente Senador Paulo Guerra e falar apenas em nome de Alagoas, porque, se Vossa Excelência falar em nome de todos os Estados produtores de açúcar, nós não teremos nunca a oportunidade de ouvir aqui a palavra autorizada de outros Senadores. Então, quanto maior o número de participantes da intervência e da discussão, melhor para a torre de ressonância do Congresso Nacional. Devo dizer também que ser governista não é ser submisso, nem dizer sempre amém. Mas já que todos nós somos vocacionados para o poder de síntese, devemos dizer que ser governista é ser leal ao Governo. E, quando houver a necessidade de crítica ou de inconformidade, a experiência vem revelando que tanto essa crítica como essa inconformidade — como no caso do açúcar — são submetidas ao Governo Federal, e há o atendimento. Quando esse projeto entrou no Congresso Nacional, havia uma onda de pessimismo, inclusive de V. Ex^a, havia ainda a inquietação do



Senador João Cleofas; as ressalvas do ilustre Senador Paulo Guerra e a apreensão do eminente Senador Arnon de Mello. Pois bem, encontrou-se uma solução, no contacto direto com os órgãos participantes. E o Governo, demonstrando sua boa vontade enviou para aqui o que há de melhor no IAA: o Dr. Ronaldo Souza Valle e o Procurador-Geral daquela autarquia econômica. Vieram aqui e debateram conosco, aceitaram emendas nossas. Vale dizer que o Governo transigiu. Em linhas gerais, não fomos submissos ao Governo, nem o Governo submisso a nós. Ambos procedemos com lealdade, buscando a melhor solução, a fórmula mais adequada à defesa do interesse público. Foi, portanto, uma vitória do Congresso Nacional, através daqueles que têm a obrigação mais direta de agir e de buscar soluções para esse problema.

Quero com estas palavras dizer também que muitos se igualam a Vossa Excelência na tenacidade, no estudo, mas ninguém o supera em tanta dedicação, Senador Arnon de Mello. Este é o segundo discurso já na atual legislatura que V. Ex^a faz a respeito do açúcar. Finalmente, entendo que V. Ex^a ainda guarda as linhas da inconformidade, e é bom que seja assim. V. Ex^a vê vitoriosa a batalha em favor de Alagoas e de outros Estados. Mas é bom que comece a pedir mais, porque as necessidades vão-se dilatando, vão-se multiplicando. É justo que sempre se peça mais ao Governo, e êle, então, cumprirá o seu dever de examinar as reivindicações atendíveis. Concluindo, quero, com estas palavras, me congratular com V. Ex^a e agradecer, em nome da Comissão, o aprêço e o aplauso que despontam no seu oportuno e substancioso pronunciamento.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito agradeço ao nobre Senador Eurico Rezende, que, como sempre, nos seus apartes, profundamente me sensibiliza com palavras generosas de colega e amigo.

Tendo o povo brasileiro feito, com a Revolução de 1964, uma opção iniludível pelo desenvolvimento econômico baseado na livre empresa, não é prudente, para nenhum empresário, confiar na “socialização dos prejuízos” como instrumento para solver crises empresariais. E no setor açucareiro essas crises seriam inevitáveis, se não fôsse removido o sistema das cotas rígidas, irredutíveis e intransferíveis, que gera escassez, em primeiro lugar, para em seguida gerar superprodução.

E gera escassez porque tal sistema parte do pressuposto de que a oferta de cana poderá crescer uniformemente em tôdas as unidades industriais, ao mesmo nível de preços. Ora, se já não existe no Brasil uma agricultura uniformemente atra-

sada, muitas das unidades industriais se atrasam relativamente à expansão do mercado e os estoques acabam sendo rebaixados a níveis de insegurança.

A solução, por certo, é confiar somente em que possam crescer as unidades industriais que venham efetivamente crescendo e a elas conceder os aumentos de produção necessários ao atendimento dos nossos mercados. É ilusório confiar em crescimentos abruptos, tanto como sumamente arriscado não considerar a eventualidade das crises.

OFERTA E PROCURA

Sujeita a cana-de-açúcar, como as demais lavouras, às flutuações climáticas, a sua produção anual pode sofrer grandes oscilações, vale dizer que a oferta anual de açúcar é uma variável passível de certo grau de irregularidade.

Produto primário, como todos os produtos primários não dispõe o açúcar, por outro lado, de um mercado de consumo elástico; ao contrário, sua procura só aumenta paulatinamente. Não há possibilidade de alcançar-se uma rápida elevação de consumo nem através da propaganda nem da redução dos preços para fazer escoar os excessos eventuais de produção. Nem deixa o povo, por seu lado, de protestar quando surgem períodos mais ou menos prolongados de escassez.

Daí se tira a conclusão de ser impossível a ajustagem a cada ano entre a oferta e a procura, que somente em tempo mais longo poderemos conseguir. E a experiência nos mostra que em períodos de três anos se obtém uma oferta de cana e, conseqüentemente, de açúcar, com oscilações perfeitamente suportáveis quer por produtores, quer por consumidores. Assim, não é possível identificar superprodução ou escassez de açúcar se se toma por base uma única safra, mas somente se se considera período de três ou mais anos de duração.

Indispensável se torna, ainda, para atenuar as inadequações entre a oferta e a procura, quando agregadas em seus valores trienais, que sejam eliminados outros fatores de perturbação, além dos climáticos. A identificação deles e a utilização dos meios necessários para reduzir-lhes os efeitos devem constituir a preocupação fundamental dos que assumem a responsabilidade de, quanto possível, evitar as conseqüências malélicas dos ciclos de escassez e de superprodução.

COMO ERAM AS COISAS DO PASSADO

Quando foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool, há mais de 30 anos, o Brasil se apresentava como um País essencialmente agrícola e, por isso mesmo, de práticas agrícolas

uniformemente atrasadas. Era, então, quase tão difícil fazer cana em terras planas quanto em terras acidentadas. O fundamental, o imprescindível era que as terras fôsem férteis. Assim, os custos da produção de cana-de-açúcar corriam por conta, substancialmente, da fertilidade **natural** do solo, muito variável e completamente fora do controle dos homens.

Dentro de tais condições, a oferta de açúcar poderia, com pequena margem de erro, ser regulada mediante o controle do setor industrial, já que a oferta de canas tinha a mesma possibilidade de expansão em todas as áreas do País, todas elas uniformemente atrasadas em suas práticas agrícolas. Verdadeiro este raciocínio até cerca de quinze anos passados, a legislação que o tomou por base foi até então eficaz. Conseqüentemente, a adequação entre a oferta e a procura, mediante a atribuição de cotas de produção às usinas do País — cotas rígidas, irredutíveis e intransferíveis —, constituiu um mecanismo válido, enquanto verdadeira sua premissa essencial: a oferta de matéria-prima poderia ser uniformemente expandida em todas as áreas do território nacional. E perdoem-me a repetição: dita premissa essencial era verdadeira, porque uniformemente atrasada a agricultura nacional.

A TRANSFORMAÇÃO OCORRIDA

Com a década de 30 veio, no plano internacional, a grande revolução agroindustrial, que o livro “A Ciência Quebra Monopólios” bem retrata. E vieram os reflexos sobre o Brasil, e o Brasil deixou de ser um País “essencialmente agrícola”, ou melhor, um País de agricultura uniformemente atrasada. A nova tecnologia, inicialmente importada e, depois disto, aqui mesmo desenvolvida, também quebrou monopólios. Assim, nasceu o “desafio paulista” aos produtores tradicionais de cana-de-açúcar do Nordeste e do Norte fluminense.

O emprêgo de uma tecnologia moderna na produção agrícola, inicialmente no Estado de São Paulo, e depois em diversos outros pontos do território nacional, destruiu a verdade daquela “premissa essencial” de que era uniforme a possibilidade de expansão da oferta de matéria-prima na base de influência de cada uma das unidades industriais instaladas no Brasil. E, destruindo a premissa, destruiu a sua conseqüência, segundo a qual o controle do equilíbrio oferta-procura poderia ser obtido através da atribuição às nossas usinas de cotas de produção rígidas, irredutíveis e intransferíveis.

Como no passado, não se percebeu a inadequação entre o sistema legal e a verdade da produção, nem ao menos foram propostas ao Poder Legislativo as necessárias alterações no

sistema legal, para que a transformação da produção agrícola pudesse ser feita com a mesma eficiência com que havia sido conduzida a transformação da produção industrial, na época em que morreram os bangüês e nasceu a imensa maioria das usinas hoje existentes em nosso País.

FAZER AÇÚCAR É FÁCIL

Fazer açúcar é fácil, mas fazer cana é difícil. O açúcar só requer boas moendas, dentro de uma organização industrial bem administrada. A cana exige semente e adubo, tipo de solo e topografia, e, além disso, regime institucional adequado, também essencial à economicidade.

Entre os maiores produtores de cana do Brasil — São Paulo, Nordeste e Norte fluminense — muitas são as diferenças que em tal setor se observam. Recordo o aparte ao meu último discurso do eminente Senador Amaral Peixoto sobre o aumento da produção açucareira de São Paulo em relação à do Estado do Rio, e a propósito me permito fazer algumas observações.

Há no Estado do Rio terras boas para cana, tanto como para café. Acontece, entretanto, que as grandes propriedades fluminenses foram divididas e subdivididas entre herdeiros, vale dizer, os latifúndios se transformaram em minifúndios, hoje cerca de 18.000, nos quais se adotam os mesmos métodos agrícolas dos tempos coloniais. Cerca de 50% de canas do Estado do Rio são de fornecedores, e, entre as pessoas físicas destes, mais de 70% são minifundiários, fornecendo menos de 1.000 e até menos de 500 toneladas de cana por safra. Vieram as máquinas e os fertilizantes, mas os pequenos plantadores de cana do Estado do Rio não puderam, por falta de recursos, adquiri-los. O problema fluminense é, sobretudo, institucional. Sob esse ponto de vista, São Paulo está bem melhor situado.

A topografia de Campos é igual; o solo não, é mais pesado, constituído de um tipo de barro que o disco do trator corta com mais dificuldade. No entanto, é tão rico que, há longos anos submetido à exploração agrícola, nunca foi adubado, senão pelas águas transbordantes do Rio Paraíba, e só recentemente os fluminenses vêm recorrendo a fertilizantes.

SITUAÇÃO DO ESTADO DO RIO

O Sr. Amaral Peixoto — Dá V. Ex^a licença para um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Amaral Peixoto.

O Sr. Amaral Peixoto — Em primeiro lugar, quanto ao problema da divisão da propriedade, a que V. Ex^a se refere, acho um bem, não a excessiva distribuição da propriedade. Estamos

procurando, já há alguns anos, neste País, fazer com que o maior número possível de brasileiros passe a ser proprietário da terra. No Estado do Rio de Janeiro, na Zona Campista, isso está acontecendo. Chegamos a ter mais de vinte mil fornecedores de cana, o que poderá influir, de algum modo, no custo da produção. Mas observe V. Ex^a que os entendidos no assunto, os homens conhecedores da região, declaram que as pequenas propriedades são as que contam com a melhor atenção de seus proprietários e produzem em melhores condições. O grande latifúndio dificilmente é bem dirigido. A mecanização só nos últimos anos se processa. Quanto ao emprêgo do fertilizante, há uma contradição violenta, que não é por culpa dos homens. Quem fertilizava a Baixada Fluminense era o Rio Paraíba. Num ano, inundava tôda a planície goitacá. Havia prejuízo, mas, nos anos seguintes, a prosperidade era enorme, porque a área ficava grandemente adubada. Era o problema do Nilo que se repetia na foz do grande rio do centro do Brasil. Com o saneamento da Baixada, com as obras de proteção e os diques construídos, as inundações não se verificam mais, felizmente, para os campistas. Mas tiveram êles que recorrer, então, ao adubo, ao fertilizante, jogando na terra milhões e milhões de cruzeiros. V. Ex^a sabe, perfeitamente, que isto só se vem usando no Brasil há poucos anos. Recordo-me de que, quando Interventor do Estado do Rio de Janeiro, apontava-se como exemplo de loucura um jovem agrônomo do Estado de Pernambuco. Havia êle jogado nos campos da propriedade da qual era empregado — a Usina Catende, naquela ocasião importantíssima emprêsa — a quantia de mil e quinhentos contos de réis em adubos. Realmente, na época, isso representava uma grande quantia. Êsse homem chama-se Apolônio Sales. Foi o precursor da adubação. Diziam que êle era um louco, um irresponsável, que iria comprometer o sucesso da emprêsa que lhe havia sido entregue. Felizmente, o exemplo de Apolônio Sales prosperou, em Pernambuco, no Estado de V. Ex^a e no meu, no Estado do Rio de Janeiro. Se os campistas, nos últimos anos, tiveram produção menor, devem, em grande parte, às condições climáticas. V. Ex^a não desconhece como a cana-de-açúcar é caprichosa. Precisa de chuva em determinada época e de luminosidade em outra. Não houve coincidência desses fatores que tanto contribuem para a prosperidade da lavoura. Daí a queda da produção. Mas não atribuo ao número excessivo de fornecedores de cana a decadência econômica da região, e a minha atuação no andamento desse projeto foi justamente a de ressaltar a posição desses homens. Não me interessavam tanto os usineiros, 20 ou 30, talvez, que esses podem acomodar-se, conseguindo prorrogação de suas dívidas no Banco do Brasil, mas o pequeno la-

vrador, que em tal atividade empenha tôda a sua vida e que já faz aquilo por tradição, porque o avô fêz, o pai fêz e o filho vai fazer, que planta a terra com dedicação, com amor. Esse é que precisa ser amparado. E folgo em registrar — o Senador Eurico Rezende está presente e receberá meu elogio, como o Deputado Ítalo Fittipaldi, Relator do projeto — que o projeto assegura que, nas cotas, 60%, no mínimo, serão reservados para os lavradores de cana. Poderei votar tranqüilamente o projeto. Há nêle pequenas falhas, outras foram corrigidas, mas aquela apreensão que eu demonstrava na primeira vez que aparteei V. Ex^a, no magnífico discurso que V. Ex^a fêz anteriormente, já não tenho hoje em dia. Estou inscrito para falar amanhã e abordarei os pontos dêsse palpitante problema que interessam aos Estados de Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Era o que eu tinha a dizer a V. Ex^a

PEQUENOS AGRICULTORES

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, nobre Senador Amaral Peixoto, pelo aparte com que me honra.

Alegrou-me sobremaneira ouvir de V. Ex^a a citação do nome de Apolônio Sales. Conheço bem o que foi a luta dêsse grande e modesto brasileiro não só para propagar o uso de fertilizantes no Nordeste, mas também para implantar, no sertão de Alagoas, da Bahia e de Pernambuco, a Hidrelétrica do São Francisco.

Lamento não estar de acôrdo com V. Ex^a a respeito do minifúndio. Tenho a impressão de que o minifúndio não dá ao seu proprietário possibilidade de mecanizar a agricultura.

O Sr. Amaral Peixoto — Vossa Excelência me permita retificar: a pequena propriedade, o pequeno fornecedor, o fornecedor médio, êste é que faz a grandeza de Campos.

O SR. ARNON DE MELLO — Concordo, então, inteiramente, com V. Ex^a Pena, Sr. Senador Amaral Peixoto, é que o pequeno proprietário não possa adquirir máquinas para trabalhar suas terras como seria preciso.

O Sr. Paulo Guerra — Permite Vossa Excelência outro aparte? (**Assentimento do orador.**) — Os pequenos proprietários poderão mecanizar suas terras se se agruparem em tórno de cooperativas.

O SR. ARNON DE MELLO — Vossa Excelência me tirou a palavra da bôca. Era exatamente o que eu ia dizer. Mas no Estado do Rio, infelizmente, ao que sei, não há cooperativas dos pequenos fornecedores. No discurso que aqui pronunciei

há duas semanas, sugeri que fossem criadas emprêsas de serviços, com máquinas agrícolas e caminhões, que alugassem aos pequenos proprietários, impossibilitados de arcarem com o onus de maiores investimentos para a modernização da sua agricultura. Estou, enfim, de acôrdo com o nobre Senador Amaral Peixoto, quando afirma que a supervisão na pequena propriedade é mais efetiva, e melhor supervisão quer dizer maior produtividade.

Poderiam os fluminenses competir com São Paulo, poderiam levar vantagem sôbre os paulistas, se, embora seu solo pesado, adotassem uma mecanização mais adequada e não tivessem a dificuldade institucional. Os custos finais de produção do Estado do Rio seriam mais baixos que os de São Paulo se a agricultura fluminense tivesse o mesmo nível tecnológico da paulista.

Quanto à comercialização, é excelente a situação do Estado do Rio, pois está mais próximo de seus mercados de consumo — o fluminense e o carioca —, que podem absorver-lhe tôda a safra.

No último triênio, o Estado do Rio ampliou em 88% a sua produção, tomando por base os anos 48/51 (100), e São Paulo, nesse mesmo período, aumentou a sua em mais de 400%. O Estado do Rio, porém, não aplicou lamentavelmente os seus lucros na terra dadivosa, porque “em nela se plantando tudo dá”: confiou demasiado na sua fertilidade natural. Sabemos, entretanto, que já há na terra fluminense focos mais ativos para modernização da sua agricultura.

São Paulo, que tem maior organização, aplica excedentes de cana na indústria de álcool, que instalou, a qual já chegou a absorver, na safra de 66/67, canas suficientes para produzir oito milhões de sacos de açúcar.

No que diz respeito a Pernambuco, sua agricultura de cana ficou estabilizada na região Sul do Estado e se desenvolveu na região Norte. A Usina São José, que aí se instalou, aproveita bem suas terras utilizando tratores de média potência. Além das áreas de tabuleiros, Pernambuco possui grandes faixas de terras com pequena declividade, que se prestam à mecanização.

ALAGOAS

Senhores Senadores

Depois de referir a situação de Pernambuco, São Paulo e Estado do Pernambuco, falo de Alagoas, que dispõe de 200.000 hectares de tabuleiros e tem zona ineficiente pequena.

No tabuleiro já destocado, a cana pode ser cortada no pé e na ponta, porque o transporte pode apanhá-la no local. Isto elimina o corte da cana ao meio e evita o trabalho de juntar-se-lhe os pedaços para amarrá-los em feixes. O trabalhador nem dobra a espinha para cortá-la, o que eleva a sua produtividade. O tabuleiro permite ao homem cortar cinco toneladas de cana por dia quando nas encostas e várzeas êle cortaria sòmente uma tonelada e meia.

Já estão nos tabuleiros, em Alagoas, as usinas Coruripe, Sinimbu, Triunfo, Caeté, Sumauma (que se transferiu da várzea), Terra Nova, Leão, Santa Clotilde, Uruba, Cachoeira, Santo Antônio, Camaragibe (terras mecanizáveis), Laginha e Peixe (terras mais ou menos mecanizáveis).

Nestas usinas, que têm 80% de terras mecanizáveis, está pouco mais da metade da produção alagoana. As demais usinas possuem cêrca de 50% da produção do Estado. Mas, se nas terras mecanizáveis que lhes fornecem canas, forem aplicadas técnicas agrícolas modernas — o que só se verificará com a pressão da extinção dos subsídios — elas poderão dar 75% a 80% do que tiram hoje, enquanto as do tabuleiro podem mais do que dobrar a produção. E temos ainda grandes áreas de tabuleiro disponíveis, à espera da implantação de unidades industriais para utilizá-las.

Os produtores alagoanos que utilizaram essas terras planas foram pioneiros da racionalização da agricultura da cana. Sòmente quando os fertilizantes já eram rotina nos tabuleiros é que a várzea começou a fertilizar-se, pois ou se fertilizava ou morria na competição da produtividade.

Na várzea alagoana, a cana de quatro socas no máximo já é ruim. Na várzea campista, ela dá seis socas. No tabuleiro, dá até durante vinte e tantos anos, e sempre bem, se fôr adubada. Não há idéia de por quantos anos uma cana poderá rebrotar — diz o industrial alagoano José Tenório.

Possui o meu Estado excepcional capacidade de produção, e também poder de competição, mesmo no mercado internacional. Reformulada a política açucareira nos têrmos que se anunciam, poderemos, no mercado livre, enfrentar Cuba,

assim como a África do Sul, onde a mão-de-obra é negra, e a Austrália, onde há escassez de mão-de-obra, que é, por isso mesmo, mais cara. O Hawaí não compete no mercado externo porque são muito dispendiosos a sua mão-de-obra e os seus custos de produção.

O SUCESSO PAULISTA

Em Alagoas, como em outras áreas, os produtores logo compreenderam que a raiz do sucesso paulista no campo açucareiro era sobretudo a tecnologia empregada na produção de cana amplamente propiciada pela sua topografia e a natureza física do seu solo. É por isso que, embora este mesmo solo e esta mesma topografia já existissem nas décadas de 30 e 40, o fenômeno da expansão paulista somente ocorreu na década de 50, explodindo na década de 60.

Não é indispensável, evidentemente, na agricultura em geral, nem o solo fértil nem a topografia plana para produzir em termos econômicos. Calcula-se mesmo que na produção a terra participa com 8 a 10%, os 90% restantes representados por sementes, adubos, irrigação, assistência técnica, transporte, armazenamento, comercialização, financiamento. Aí está Israel mostrando ao mundo que até no deserto se pode fazer agricultura, pois o importante é o tratamento tecnológico da terra. Nos doze dias que em 1967 passei em Israel, percorrendo o país de ponta a ponta, pude observar o que realmente resulta da modernização da agricultura, que ali permite, por exemplo, se exportem para diversos países da Europa não apenas laranjas mas até flôres.

PREÇOS

Srs. Senadores. Já no meu pronunciamento anterior referi que não tratamos de **preços**, mas de **custos**. Entretanto, se considerarmos os preços, concluiremos que, não fossem eles suficientes para execução da produção, enfrentaríamos uma crise de escassez. Mas a verdade é que, muito ao revés, temos uma crise quase crônica de superprodução. E o IAA aí está, não para atrair novos produtores ou estimular os existentes a que ampliem sua produção mas, bem ao contrário, exatamente para segurar aqueles que querem produzir mais do que permite o nosso poder de absorção, ainda que ao mesmo incriminado nível de preços atual.

Existem, é certo, produtores para os quais esses níveis de preço são insuficientes. Um ponderável grupo de usinas do País nem de longe acompanhou a expansão das oportunidades e, pior do que isso, a produção de um subgrupo deste grupo chegou mesmo a cair no último decênio. Ressalve-se, entretanto, que o atraso assinalado não se deve, em muitos casos,

a deficiências dos grupos gerenciais ou dos trabalhadores, e sim a razões de ordem ecológica insuperáveis. Tal fato se explica porque os métodos usados na agricultura brasileira já não são mais uniformemente atrasados.

AÇÚCAR E FEIJÃO

Como argumento para elevação dos preços, tenho ouvido que um saco de açúcar, que exige tantos gastos para produzir-se, é vendido mais barato (Cr\$ 30,00) do que um saco de feijão (Cr\$ 90,00), que pouco requer para ser produzido.

O Sr. Amaral Peixoto — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Amaral Peixoto — Folgo em ouvir V. Ex^a sobre o Instituto do Açúcar e do Alcool, que considero, realmente, a melhor experiência de economia dirigida feita em nosso País. Quero lembrar a V. Ex^a que a maioria das emendas que apresentei procurava reforçar a autoridade do Instituto, enfeixando nas mãos do seu Presidente toda a política açucareira. Não é possível que o Presidente do Instituto possa delinear plano de ação, possa controlar a indústria do açúcar, dependendo do Banco do Brasil, do Ministro da Fazenda e do Ministro da Indústria e do Comércio. Ele exerce cargo de confiança do Governo. O Conselho Deliberativo é formado, em sua maioria, por representantes do Governo, representantes ministeriais, e a ele deve ser dada toda força. Assim, todas as minhas emendas tiveram este objetivo. No momento em que se fala no Instituto, devemos prestar homenagem ao seu fundador, àquele homem que nada conhecia de açúcar, Leonardo Truda, e que, no entanto, idealizou toda a política açucareira do País, tornando-se benemérito do Estado de V. Ex^a, como do meu Estado e de todos os Estados produtores de açúcar. Foi um extraordinário brasileiro, um homem de grande visão e de grande compreensão. Vossa Excelência também se refere a um outro ponto que é essencial. No Brasil, e aí eu me penitencio — talvez tenha cometido o mesmo erro — todos os Governos pensam em resolver o problema do custo de vida, prendendo três produtos: a carne, o açúcar e o leite. São, de fato, os três produtos essenciais à vida humana. Mas se esquecem todos — eu talvez me tenha esquecido, também, no passado — de que, determinando uma baixa de preço, obrigando a venda abaixo do custo, nós estamos determinando a diminuição da produção, e, portanto, o encarecimento no ano seguinte. Neste momento em que nós discuti-

mos a política açucareira, os fornecedores de cana, em vários Estados, estão pedindo melhores preços. O salário-mínimo aumentou. O petróleo e seus derivados aumentaram de preço. O Governo terá que rever o preço da cana e o do açúcar, conseqüentemente. Muito obrigado a V. Ex^a

INVENTOS TECNOLÓGICOS

O SR. ARNON DE MELLO — Grato a V. Ex^a, Senador Amaral Peixoto. Conheço as suas emendas pois as li, com as respectivas justificações. Folgo muito em registrar o seu empenho em colaborar para a reformulação da política do açúcar, que interessa, profundamente, ao meu Estado, muito mais, talvez, do que ao de V. Ex^a, porque na economia alagoana o açúcar representa 60%.

Realmente, Senhores Senadores, entram na produção de um saco de açúcar vários elementos encarecedores dos custos: cana, desgaste de máquinas, trabalho humano mais ou menos especializado, energia elétrica, lubrificantes e produtos químicos, como enxôfre, cal, elementos auxiliares de decantação, para tirar a sujeira física do caldo e fazer açúcar limpo.

Quanto ao feijão, porém, para produzi-lo basta apenas, além da semente, o trabalho humano não especializado.

Não sei se o saco de feijão pode ou não pode ser vendido por menos do que é tabelado pela SUNAB. O que sei é que o saco de açúcar pode ser vendido pelo preço que anualmente lhe fixa o IAA.

O fato de o Mundo ter condições de oferecer um saco de açúcar a preços mais baixos que um saco de feijão constitui excelente exemplo do quanto a tecnologia pode melhorar a vida humana. É um argumento em favor da nossa tese básica: de que se deve promover por todos os meios a elevação do índice de tecnologia aplicada na agricultura. É a tecla em que tenho batido através de vários discursos pronunciados desta tribuna, e que vejo vitoriosa não apenas no setor agrícola como em todos os outros setores de produção.

Cumpra salientar que se o feijão propiciasse melhor rendimento do que a cana, seria extremamente fácil diversificar a agricultura. O que se impõe é melhorar o padrão tecnológico das lavouras em geral e nunca, a nenhum pretexto, tentar deter o progresso tecnológico que já se observa no setor canavieiro.

Mesmo porque não devemos esquecer-nos de que os inventos tecnológicos se afirmam independentemente da vontade humana. Na Ode 3^a do seu primeiro livro, Horácio protesta con-

tra a invenção do navio e a descoberta do fogo, mas seu protesto nunca perturbou em nada, como sabemos, o desenvolvimento do navio e a utilização do fogo, apesar da importância e influência de sua obra em Roma e, a bem dizer, no mundo todo.

OFERTA DE TRABALHO

Não se diga que a Nação deva manter unidades de produção antieconômicas, não passíveis de modernização tecnológica, simplesmente porque oferecem trabalho. Áreas que hoje produzem cana antigamente produziam outras coisas, e podem voltar a produzi-las. Que se dê ajuda, como já acentuei, às demais agriculturas, e não haverá problemas. Os subsídios à cana, se concedidos a outras lavouras, assegurarão o seu fortalecimento, e, conseqüentemente, surgirão mais empregos.

Os engenhos bangüês também ofereciam trabalho, e nem por isso deixaram de ser extintos, o mesmo ocorrendo com as indústrias que consumiam lenha e também propiciavam trabalho, mas, igualmente, nem por isso deixaram de ser eliminadas. Mesmo os cortes de lenha para a indústria de tecidos e outros, também davam empregos, porém desapareceram com a eletricidade.

Todos sabemos como é mal remunerado o trabalho nos campos feito a nível de rotina. Se em vez disso, como sugeri no meu discurso anterior, propiciarmos aos trabalhadores adquirirem pequenas propriedades e explorá-las com a mecanização, o adubo e a irrigação, sob a sua supervisão direta, teremos não somente resolvido o problema do subemprego, mas ainda aumentado a produtividade e lançado as bases de uma classe média rural, geradora de mais amplo consumo.

Não pode o Governo apoiar os que produzem a altos custos e impedir por lei o crescimento da oferta da produção mais econômica. Estaria o Governo, neste caso, apoiando o passado, mantendo-o às custas do sacrifício do povo, e por lei contendo o futuro, garantidor de bem-estar.

Afinal, não podemos resolver os problemas atribuindo tôdas as suas dificuldades ao setor público e tôdas as suas oportunidades ao setor privado, tôdas as responsabilidades ao Governo, e tôdas as vantagens e lucros à iniciativa privada. Governo é cúpula, que precisa da ajuda de todos para poder agir em benefício de todos, e não apenas de alguns.

Aos que porventura persistem na ilusão de parar o desenvolvimento tecnológico, eu diria, para argumentar, que há uma alternativa que desde já recuso por não acreditar na sua efi-

cácia. Seria promover a estatização de todo o setor açucareiro, e com os lucros dos sistemas de alta produtividade cobrir os prejuízos dos de baixa produtividade, ou seja, com o sistema paulista, por exemplo, cobrir os prejuízos de outras áreas inadequadas ao cultivo da cana, distribuindo os saldos líquidos, se os houvesse, como dividendos, aos acionistas das atuais empresas de açúcar. Não acredito na eficiência desta solução, mas sem dúvida ela permitiria manter o nível de emprêgo em todos os locais onde hoje se produzem a cana e o açúcar.

1930 e 1970

Tentar cristalizar a política de hoje seria na década de 1930 querer impedir a implantação das usinas no Nordeste para manter os engenhos. A Revolução não veio para deixar o Brasil estagnado, mas, ao contrário, incentivar-lhe o desenvolvimento. 1970 está para a agricultura como 1930 para o processo industrial. O Govêrno tem tanta consciência dêste fenômeno que passou a dar ao trabalhador agrícola aquela mesma carta de direitos que deu em 1930 ao trabalhador urbano, e, certamente, êstes direitos legais pressionam a agricultura a se modernizar na mesma medida em que se modernizou o setor industrial brasileiro, pois ela precisa aumentar a produtividade para fazer face aos novos encargos trabalhistas.

Entre as décadas de 30 e 60, o açúcar caiu de preço, e se elevou o salário real do trabalhador agrícola. Sobreviveu a agroindústria porque se transformaram bangüês em usinas. Passou-se, então, a produzir por tonelada de cana, em vez de 60 quilos de açúcar bruto, 90 quilos de açúcar cristal, que equivaleriam a 110 quilos de açúcar bruto.

Com o aperfeiçoamento tecnológico e o aumento da produtividade, há uma melhoria do padrão de vida geral para os trabalhadores rurais e sobretudo para a classe média urbana. E, assim, aos filhos dos trabalhadores, que estão sendo alfabetizados, poderemos oferecer mais adequadas oportunidades de emprêgo e maiores facilidades de ascensão social.

PARAÍBA

O Sr. Milton Cabral — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, Senador Milton Cabral.

O Sr. Milton Cabral — Em primeiro lugar, em nome da bancada da Paraíba, quero parabenizar V. Ex^a pelo magnífico estudo sôbre a economia açucareira. Efetivamente, é assim que

poderemos elevar o conceito desta Casa, oferecendo ao País trabalhos de alta qualidade. E V. Ex^a está brindando o Senado com um notável estudo, para alegria de todos nós. Quero aproveitar a oportunidade para destacar no discurso de Vossa Excelência essas afirmações de que somente buscando uma elevada tecnologia, insistindo por uma melhor produtividade é que, efetivamente, poderemos chegar a equacionar os problemas do nosso desenvolvimento. É sabido que hoje não se pode mais conduzir o desenvolvimento de forma isolada, mas de forma integrada. Desenvolvimento integrado pela soma de todos os fatores, integração da ação federal, dos governos estaduais e até mesmo dos municípios, no sentido de obter um resultado comum, através do desenvolvimento integrado, do aperfeiçoamento da tecnologia, que foi a chave do desenvolvimento do Japão. O milagre japonês baseou-se em dois fatores essenciais: tecnologia e poupança. Poupança de sua mão-de-obra, relativamente barata, mas que pôde amealhá-la e jogá-la no desenvolvimento japonês, aliado à extraordinária conquista da tecnologia própria, japonesa. Isso fez o milagre japonês. Nós temos de seguir, no Brasil, o mesmo caminho: poupança e tecnologia. Quando V. Ex^a estuda o problema da indústria açucareira, vemos que não temos outro caminho senão o de insistir na tecnologia. Parabéns a Vossa Excelência.

OS SUBSÍDIOS

O SR. ARNON DE MELLO — Muito agradecido a V. Ex^a, nobre Senador pela Paraíba, Milton Cabral, meu prezado amigo. Folgo sobremaneira em verificar que estamos de acôrdo. V. Ex^a, como jovem que é, junta à sua condição de representante do povo a de intérprete dos anseios da mocidade pelo Brasil nôvo — o que de muito lhe aumenta as responsabilidades.

Considerando a inevitabilidade do progresso, julgo inócua, mas igualmente nocivo, fazer-lhe resistência. Sou filho de Senhor de Engenho, e fui vítima também da transformação econômica dos anos 20, quando os bangüês foram substituídos pelas usinas e não havia novos caminhos para os bangüezeiros. E hoje, ao recordar as dores passadas, conluo, feliz, que, se tivéssemos continuado com os bangüês em lugar das usinas, não estaríamos em condições de abastecer, como agora se verifica, o exigente mercado internacional.

Renunciar às conseqüências da modernização tecnológica é renunciar ao futuro. Quanto a mim, prefiro contribuir para

criar condições a fim de que ninguém possa mesmo nunca mais segurar este País. É uma opção.

TERMINAL AÇUCAREIRO

Sr. Presidente.

No discurso que há duas semanas aqui pronunciei, defendi a extinção dos subsídios do Governo Federal à agroindústria canaveira do Norte-Nordeste, os quais são representados pela diferença de preços entre o nosso açúcar e o produzido no Centro-Sul. Ao mesmo tempo que a defendi, Senhores Senadores, pleiteei que ela se fizesse paulatinamente, para não desorganizar a nossa economia. E sugeri que o prazo para a extinção dos subsídios fosse maior para os pequenos e médios agricultores do que para os grandes produtores. Pleiteio, ainda, por considerar de toda justiça, que os benefícios da Resolução nº 175 do Banco Central — empréstimos a juros baixos e prazo longo — sejam estendidos aos pequenos agricultores de cana.

Defendo também que seja acelerada a programação da construção do terminal açucareiro de Maceió, cuja contribuição à redução dos custos do nosso produto de exportação será da mesma dimensão daquelas que poderemos alcançar com os ganhos de produtividade que já obtivemos, somados àqueles que esperamos obter nos próximos anos. Faço daqui apêlo caloroso ao Presidente do IAA no sentido de que inicie aquela obra tão cedo quanto o permitam os recursos disponíveis gerados pelo setor açucareiro, caso possível, ainda este ano.

PARTO SEM DOR

Se, como nos versos de Catulo da Paixão Cearense

“Quem tá molhado de chuva

Não tem medo de sereno,”

os alagoanos, aceitando o processo da transformação econômica e social, não o imaginavam indolor. Ao contrário, preparamo-nos para suportar sacrifícios, pois entendemos que, em tais casos, impedi-los está acima das possibilidades do homem, legislador ou não. Certo, nós não podemos esperar que o Brasil de amanhã nasça de um parto sem dor, que esta todos sentimos. O que queremos, o que consideramos essencial é que êle seja sadio e capaz de competir no concôrto das Nações. O que queremos é evitar que a transformação se faça extremamente dolorosa e imprevista, é evitar a rutura cataclísmica.

Apoiamos, por isso, a transformação gradualista, visando à conciliação e à composição, que tanto caracterizam a nossa gente.

PRODUTORES ALAGOANOS

Alegra-me, Sr. Presidente, destacar os esforços dos produtores alagoanos no sentido da modernização da agricultura e da indústria canavieira. Eles, que somente aí empregam seus recursos e lucros, cumprem muito bem sua função social. E integram-se no pensamento e ação revolucionários em favor da aceleração do desenvolvimento, aceitando o desafio de empurrar o Brasil para a frente.

A mim me é particularmente grato fazer tal verificação, não apenas como ex-Governador e atual Senador daquele Estado mas também como brasileiro convicto de que só através da ciência e tecnologia asseguraremos o bem-estar do nosso povo. Estamos em Alagoas empenhados numa luta sem tréguas contra o atraso. Voltamos as costas ao obsoleto e caminhamos, firmes, para o progresso, construindo o futuro sem temor de sermos surpreendidos pela mudança repentina e violenta.

APOIO E SÓLIDARIEDADE

Procurei, Srs. Senadores, demonstrar o quanto são válidas as razões do Governo ao propor a modificação do regime de distribuição de cotas às usinas de açúcar do Brasil.

Diante da inexorabilidade do avanço da tecnologia, melhor será — repito — que se faça a transformação do **modus faciendi** agrícola através de um processo gradualista do que através das crises periódicas que a atual sistemática traz em seu bôjo, disfarçadamente, é verdade, porém não tão escondidas que não possam ser enxergadas.

Para conceder solidariedade é bastante que exista confiança. Para emprestar apoio é necessária a certeza de que aqueles em quem se confia estão trilhando os caminhos mais apropriados. Pois, se assim é, merece o Poder Executivo, no caso do projeto de lei sobre a economia açucareira, não somente a nossa solidariedade, mas também o nosso apoio total e irrestrito.

POSIÇÃO DE SÃO PAULO

O Sr. Orlando Zancaner — Permite V. Ex^a um aparte? (**Assentimento do orador.**) — Nobre Senador Arnon de Mello, V. Ex^a faz um estudo sério sobre os problemas da agroindústria açucareira do nosso País, e o seu discurso fortalece bem a tese

do Governo. Chegou o instante de esta Nação produzir. Não podemos continuar naquele estágio anterior dos nossos agricultores e da nossa indústria. É preciso equacionar o problema. A Revolução implantada neste País emprestou nova dimensão à vida política e econômica da Nação, e V. Ex^a, conhecedor profundo do problema, dá a êste Senado a medida exata daquilo que, efetivamente, temos que fazer. É preciso que a Nação se aparelhe para produzir, principalmente no setor da agroindústria açucareira, para que efetivamente possamos competir no mercado internacional. Os erros do passado para nós já não importam. Importa, sim, agora, que nós todos, sentindo a preocupação intensa do Presidente desta Nação, comecemos a compreender, nós, lavradores e agricultores dêste País, a imensa necessidade de ajudarmos o desenvolvimento da Nação brasileira. A preparação de todos nós se faz agora o mais rapidamente possível. O Governo, ao enviar a êste Congresso a mensagem de modificação do sistema das cotas, faz com que nos preparemos para produzir açúcar. É preciso que o lavrador se prepare, que as usinas estejam em condições de produzir, para que possamos atender ao chamamento do Governo nesta grande arrancada. Está de parabéns V. Ex^a pelo seu discurso, no qual, com dados sérios, tem por objetivo mostrar que não se trata de luta entre Estados, que ninguém busca tirar cotas do Norte e do Nordeste. Somos uma Nação e nos preocupamos, profundamente, com o desenvolvimento. O que temos de fazer agora é produzir, produzir para construirmos a Nação, a Nação à qual V. Ex^a, neste Senado, dá uma demonstração, como representante do pequenino Estado de Alagoas, da sua colaboração, no instante em que o Presidente conclama os brasileiros para que, realmente, o ajudem no desenvolvimento nacional.

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Orlando Zancaner, ninguém com mais autoridade do que V. Ex^a para falar em tais termos. V. Ex^a é filho do poderoso Estado de São Paulo que, depois de realizar a revolução industrial, se encaminha para a revolução científica e tecnológica. Agradeço o aparte de V. Ex^a, que incorporo, com satisfação, ao meu discurso.

INTERESSE DA NAÇÃO

Senhores Senadores,

Qual afinal o nosso objetivo? Qual o interesse da Nação no que diz respeito à agroindústria açucareira? É, evidentemente, aumentar a produção e ganhar condições de ampliar o consumo interno e competir no mercado externo. Para isso, claro que se fazem indispensáveis a redução dos custos e, em consequência, o barateamento do produto.

Já somos dos maiores consumidores de açúcar do mundo, muito próximos dos países mais desenvolvidos, alguns dos quais aparecem nas estatísticas como grandes consumidores, mas na realidade não o são tanto, pois exportam em forma de doces e chocolates o açúcar que importam, como é o caso da Dinamarca. Isto quer dizer que nos aproximamos da saturação, que o nosso mercado interno não possui capacidade para absorver um aumento muito maior de produção. Então, temos de voltar-nos para o exterior, conquistando novos mercados pela melhor qualidade e menor preço do nosso produto.

REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA AÇUCAREIRA

Com o projeto que submeteu à nossa consideração, deu início o Governo Revolucionário à reformulação da política nacional do açúcar em termos de produtividade, visando à expansão do consumo no País e fora d'êle.

Há um Brasil do amanhã, como um Brasil do hoje e do ontem. A proposição governamental nos oferece a opção, que aceitamos com o sentimento do futuro. Queremos o passado não para nêle nos fixarmos, mas como fonte de ensinamento que nos eleve e nutra o espírito, e, iluminando os caminhos, nos afaste dos erros por outros já cometidos e nos conduza aos acertos emanados das experiências já vividas e sofridas. Queremos o presente não como permanência e rotina, mas como transição e mudança, dentro do qual sejamos viandantes do bem comum.

Mais de quatrocentos anos de vivência dos problemas do açúcar parecem suficientes para amadurecermos e não reincidirmos nos enganos de outrora. Os fatos são históricos, indimentáveis, e vale recordá-los a fim de melhor acertarmos os rumos e nutrirmos e ampliarmos as nossas esperanças.

COM AS CARAVELAS DE CABRAL

A cana-de-açúcar quase que chegou ao Brasil com as caravelas de Cabral, pois já em 1529 instalava Martim Afonso de Sousa, em São Vicente, o primeiro engenho de açúcar da Colônia, seguido do outro que, em 1957, instalou, em Olinda, o cunhado de Duarte Coelho, Jerônimo de Albuquerque.

Para a implantação da nova indústria, somente contaram os colonizadores, inicialmente, com a contribuição dos índios, que, mesmo antes do açúcar, já eram, como sabemos, escravizados e até vendidos em Lisboa, trinta dêles ainda em 1511 levados para lá, na nau "Bretoa", pelos contratantes de pau-brasil. Constituíram, assim, os gentios o alicerce da economia açucareira nordestina nos seus primeiros vagidos.

Com o desenvolvimento e as perspectivas desta, aumentaram as exigências de mão-de-obra, que se queria melhor e cada vez mais abundante. Entretanto, só mesmo na segunda metade do século XVI, quando já instalada a agroindústria e formados diversos núcleos populacionais, começou, na realidade, o tráfico da África, que muito se intensificou no século XVII e ainda mais, com as minas de ouro, no século XVIII.

Então, o africano consolidou a economia nacional, superando o índio na sua força de trabalho, não somente, como é sabido, pela vitalidade e saúde física mas também pela mais fácil adaptação à disciplina, que o amanho da terra impunha, e pela capacidade de fixar-se no meio a que servia, tão distante do nomadismo ancestral do silvícola, sempre dado a fugas. E de tal modo se fez a diferença de valor entre um e outro, que o escravo indígena era vendido por 4 a 7 mil réis e o negro por 50 a 300 mil réis, ou 20 a 100 libras esterlinas, ao câmbio da época.

O preço elevado do africano impediu, a esse tempo, que a sua presença se estendesse a áreas mais pobres da Colônia, como o Sul, então sem condições financeiras para adquiri-lo. Assim, enquanto o Nordeste o importava como se fôsse, com a cana, também matéria-prima do açúcar que exportávamos, o Sul, que nada exportava e só produzia para o consumo interno, tratava, através das "entradas", de capturar o indígena para braço escravo. Só o café, nos começos do século XIX — depois da mineração, no século XVII —, possibilitou ao Sul a importação de africanos, empregados na sua agricultura, segundo Roberto Simonsen em número de 250 mil, enquanto a cana e o açúcar absorveram 1.350.000.

PROSPERIDADE

Rápido prosperou em tais condições a nova indústria. Fêz-se, então, o Brasil grande exportador de açúcar, vencendo a competição com as ilhas de São Tomé e da Madeira, que a esse tempo também o fabricavam, e por cêrca de 140 anos dominamos sozinho o mercado mundial do produto. Tratava-se realmente de bom negócio, tão excelente que os holandeses invadiram o Nordeste atraídos pelas notícias dos lucros fabulosos que êle proporcionava.

Mas, em fins do século XVII, afastamo-nos da produção açucareira em virtude da descoberta do ouro das Minas Gerais, há tanto tempo sonhado pelos nossos colonizadores. Temos idéia da importância fulminante que aqui alcançou a mineração ao recordamos que, para fazer face à sua demanda de mão-de-obra, importamos, somente no século XVIII, nada menos de 1.700.000 africanos, enquanto, desde 1550 até então, haviam

entrado no Brasil apenas 500 a 600 mil. E o curioso é que, nesse mesmo século, o ouro exportado nos rendeu menos de 200 milhões de libras esterlinas, e o açúcar mais do que isso.

O AÇÚCAR NAS ANTILHAS

Expulsos do Brasil, os holandeses levaram às Antilhas os conhecimentos aqui adquiridos com o cultivo da cana e o fabrico do açúcar. As Índias Ocidentais Britânicas, Cuba, São Domingos, Martinica, Guadalupe, Haiti, Barbados receberam, assim, inapreciável contribuição brasileira para o desenvolvimento da sua produção açucareira, — que, embora iniciada antes da nossa, era mais atrasada — e não apenas através de sementes, mas de técnicos e escravos para lá transportados também pelos judeus ricos que deixaram o Brasil àquela época, juntamente com os batavos.

Quando se esgotou o ciclo do ouro, quisemos voltar ao do açúcar, mas já tínhamos então sérios concorrentes nas colônias das Antilhas, que, aproveitando a nossa experiência, avançavam no trato da cana e no fabrico do açúcar. Entre elas, Cuba, especialmente, cuidava de aperfeiçoar seus processos de produção, valendo-se das nossas omissões e dos nossos erros e mais tarde muito estimulada pela destruição das plantações e dos engenhos do Haiti, quando dos distúrbios ali verificados após a queda da Bastilha. Com suas terras férteis, matas em abundância, bastante gado e a fabricação local de instrumentos de trabalho, muito progrediu Cuba, e, na segunda metade do século XVIII, se tornava o grande fornecedor de açúcar do Mundo.

APERFEIÇOAMENTO

Embora amplamente vitoriosos na competição internacional, não se contentavam os cubanos com a situação que alcançaram, e se empenhavam em aperfeiçoar cada vez mais seus processos de fabricação, através de conhecimentos que lhes assegurassem ampliar ao máximo as áreas de suas exportações. Não buscavam no exterior apenas êsses conhecimentos, mas também técnicos e variedades de canas que lhes garantissem maior produtividade. Estados Unidos, Inglaterra, Portugal, Brasil, Antilhas, todos foram visitados pelos cubanos que, dizem os cronistas, viajavam incógnitos, e até como clandestinos e contrabandistas. Pesquisavam mercados, examinavam inventos, traduziam livros numa ânsia incontida de saber tudo que servisse à modernização da agricultura e da indústria canieira.

E assim se aparelhava Cuba para manter sua posição de maior produtor mundial de açúcar. Em 1819, importa a primeira máquina a vapor para um de seus engenhos, e logo outra e outras. O rendimento da cana foi, então, duplicado e melhorada a qualidade do açúcar. Modernizavam-se constantemente os processos agrícolas. Em 1860 cultivavam-se cinco tipos de cana. Com a mecanização, novos técnicos estrangeiros foram contratados. Já lá se fazia, com as centrífugas, açúcar branco.

Mercê de tal progresso, alcançou Cuba posição de independência em relação à Espanha, absorvendo antes da Metrópole tôdas as invenções da civilização, desde a máquina a vapor ao telefone.

POSIÇÃO DO BRASIL

Enquanto Cuba partia para o desenvolvimento tecnológico, superando a Espanha na utilização dos processos e instrumentos agrícolas e industriais mais modernos, o Brasil estagnava, considerando suficiente, talvez, para a produção do açúcar, a força física do trabalho escravo. Quando do entusiasmo pela mineração, o Governo proibiu mesmo a instalação de novos engenhos no Nordeste, afastando, assim, a iniciativa privada da agroindústria canavieira. Pereira da Costa informa que a Capitania de Pernambuco tinha, em 1750, 276 engenhos, que empregavam as mesmas técnicas de há dois séculos passados. Então plantava-se a cana e fabricava-se o açúcar no Brasil como se fazia ao tempo de Duarte Coelho. A foice, a enxada, o machado eram os usuais instrumentos de trabalho, êsses mesmos instrumentos que ainda hoje não desapareceram dentre nós, continuam sendo usados pela pequena e média agricultura da cana.

O mesmo Pereira da Costa refere cronista já do século XIX que clamava contra “os nossos rotineiros agricultores, que continuavam sem jamais se lembrar de que fôsse possível serem mais sábios e mais ricos do que seus décimos avós”.

PREÇO DO AÇÚCAR

Não nos preocupávamos mesmo em melhorar a produção. Muito ao contrário, inteiramente despercebidos e descuidados da concorrência de Cuba, até elevávamos também o preço do nosso açúcar, como a torná-lo ainda menos vendável e a incentivar a competição.

Vimos, assim, reduzidas as nossas exportações. Wanderley de Pinho, em sua excelente “História de um Engenho no Recôncavo”, bela edição de 1946 da Livraria Editôra Zélio Valverde,

do Rio, premiada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, cita o Vereador Waldemar Pereira da Silva, que, já em parecer de 12 de fevereiro de 1738, estudou largamente a situação da economia açucareira. Mais tarde, em ofício de 12 de dezembro de 1754, indicava êle, entre os motivos da diminuição da venda lá fora do açúcar brasileiro, “a carestia que tem chegado nos anos antecedentes, sem que aos nossos fabricantes convença a razão de não serem êles sós no Mundo os que sabem e costumam fabricar êstes dois gêneros” de consumo, frisando ainda que, com a carestia do açúcar, os produtores brasileiros “cuidavam de produzir muito”, “sem apurar as qualidades”.

Acrescenta Wenceslau Pereira da Silva, igualmente citado por Omer Monte Alegre num minucioso estudo sôbre “Um Século da História do Açúcar”: “inglês e franceses, que também ocupam uma grande parte da América, experimentando a carestia a que subiram os nossos açúcares e tabacos” e “usando de sua indústria, tentaram a fortuna de plantar e fabricar os mesmos gêneros nas suas colônias”. “De poucos anos a esta parte não desprezam e não dão entrada nos seus países aos nossos açúcares e tabacos, senão fabricam os seus com tanta abundância, que livremente os transportam para onde querem e com êles abastecem quase todos os portos do Norte e Mediterrâneo.”

Em resumo: “a fama e cobiça daqueles tesouros escondidos nos erários da Natureza” atraíam — anota Wanderley de Pinho — “portuguêses e brasileiros, que nos engenhos eram feitores, mestres e purgadores de açúcar, banqueiros e caixeiros, desorganizando a produção. E muitos engenhos se perdiam pela ousadia dos que sem recursos os compravam fiado ou os arrendavam para, ao fim de duas ou três safras, fracassarem, levando às vêzes à falência seus credores”. Diante do “estado calamitoso e deplorável” dos produtores de açúcar, o mesmo Wenceslau Pereira da Silva propôs a medida da moratória: “Como os Senhores de Engenho e Lavradores se acham no mais deplorável estado a que podiam chegar, carregados de dívidas e de empenhos em têrmos que não podem subsistir”, se a concedesse geral por alguns anos, “para dentro dêles não serem executados nem vexados pelos seus credores.”

ANTONIL

Mas o bom Antonil, no seu “Cultura e Opulência do Brasil”, escrito na primeira década de 1700, aborda de outro modo o assunto. Fala do aumento de preço e o justifica: “De vinte anos a esta parte mudaram-se muito os preços assim do açúcar

branco, como do mascavado e batido. Porque o branco macho, que se vendia por oito, nove e dez tostões a arroba, subiu depois a doze, quinze e dezesseis, e últimamente a dezoito, vinte dois e vinte quatro tostões, e depois tornou a dezesseis. Os brancos batidos, que se largavam por sete e oito tostões, subiram a doze e a quatorze. O mascavado macho, que valia cinco tostões, vendeu-se por dez e onze e ainda mais. E o mascavado batido, cujo preço era um cruzado, chegou a seis tostões.”

“O ter crescido tanto nêstes anos o preço do cobre, ferro e pano e do mais que necessitam os engenheiros; e particularmente o valor dos escravos, que os não querem largar por menos de cem mil réis, valendo antes quarenta e cinqüenta mil réis os melhores, é a principal causa de haver subido tanto o açúcar, depois de haver moeda provincial e nacional, e depois das descobertas das minas de ouro, que servirão para enriquecer a poucos, e para destruir a muitos: sendo as melhores minas do Brasil os canaviais e as malhadas em que se planta o tabaco.”

VENDER BARATO

Acentua Antonil: “Se se reduzirem os preços das coisas que vêm do Reino, e dos escravos que vêm de Angola e costa de Guiné a uma moderação competente, poderão também tornar os açúcares ao preço moderado de dez ou doze tostões, parecendo a todos impossível o poderem continuar de uma e outra parte tão demasiados excessos, sem se perder o Brasil.”

Não se conforma Antonil com a baixa dos preços: “A necessidade obriga a vender barato, e a queimar, como dizem, o açúcar fino, que tanto custa aos servos, aos senhores de engenho e lavradores de cana, trabalhando e gastando tanto dinheiro.”

O passado destaca o presente. Ainda estamos vendendo abaixo dos custos atuais o nosso açúcar no mercado livre internacional, e é o mercado americano que, pagando-nos melhor, equilibra as nossas exportações do produto.

Eis porque se faz imperativa a redução dos custos.

VOCAÇÃO NATURAL

Indiferentes à mecanização, que lhes garantiria o futuro, os senhores de engenho brasileiros, não atribuindo importância à técnica, também não se preocupavam em formar os filhos para seus sucessores nas responsabilidades da agroindústria, mas, antes, os queriam como bacharéis e padres para brilharem nas

idades. É Gilberto Freyre quem o diz: “Os filhos de proprietários rurais espalhados pelo Brasil, desejosos de educação superior, tinham de ir diretamente para o Reino sem escala pelo Rio de Janeiro.”

Com o aumento, no século XIX, dos preços do algodão, os agricultores nordestinos decidiram plantá-lo. Como ocorreu ao ensejo da descoberta das minas de ouro, abandonaram mais uma vez a cana, e a ela só voltaram quando o mercado de algodão se normalizou. A Guerra de Secessão nos Estados Unidos elevou de novo os preços do algodão, provocando a sua escassez na Europa, e de novo Pernambuco saiu da cana para o algodão, do que se valeu, desta vez, o Estado do Rio para aumentar sua produção. Esta inconstância no cultivo da cana não confirma a opinião daqueles que consideram o açúcar a vocação natural da terra do Nordeste.

A METRÓPOLE

Em 1818, Pernambuco instala seu primeiro engenho a vapor e, em 1857, substitui a lenha pelo bagaço como combustível para as fornalhas, ao mesmo tempo que planta a cana caiana, mais fibrosa.

Não teve, entretanto, progresso rápido no Brasil a mecanização dos engenhos porque não havia mercado para o nosso

A situação do Brasil era realmente difícil, pois a Metrópole, desinteressando-se do açúcar, desde a descoberta do ouro, deixava-o sem meios para enfrentar a competição das Antilhas.

Evidentemente, culpa da perda dos mercados cabe também à Metrópole. Como acentua Gilberto Freyre, “a política econômica da Metrópole portuguesa que, a partir do século XVIII, foi a de deixar a grande lavoura um tanto de lado, colocando sob o seu melhor favor as cidades e os homens de comércio, e até a gente miúda, encontraria continuador em D. João VI. Ou melhor: nos responsáveis pela sua orientação, antes burguesa do que rural, antes capitalista do que feudalista, de governo.”

Em começos do século XIX, instalaram-se em Recife, logo obtendo grande sucesso, três fundições, das firmas Harrington & Starr, Mesquita & Dutra e David Bowmann. Harrington & Starr já em 1836 fabricava um engenho a vapor para o Caraúna, em Jaboatão, de propriedade do Barão de Vila Bela, açúcar, de vez que a Inglaterra preferia comprá-lo de suas colônias.

Domingos de Souza Leão, e mais dois para as propriedades localizadas em Escada e no Cabo, de Manuel Cavalcanti.

Pouco depois, desapareciam essas fundições porque o Governo "isentou de impostos a importação de maquinismos e ferragens agrícolas" e "ao mesmo tempo impôs sobre o ferro bruto e outros metais necessários aos serviços das fundições direitos de importação de 10 a 30% sobre o seu valor. Não ficou nisto só". Um novo imposto de 5% foi criado pela Assembléia Legislativa Provincial sobre as exportações. Digase que antes os maquinismos importados pagavam 35% de direitos e o ferro era isento do imposto de importação, e foi isso que possibilitou a instalação em Recife daquelas fundições.

DE QUEM A CULPA?

Cumpra, no entanto, referir, a respeito, palavras do Conde Suzaunet, que, por volta de 1843, esteve no Rio de Janeiro, e é citado por Taunay: "A cultura da cana é que estava na maior decadência, dados os progressos da indústria açucareira moderna. Os refinadores da Europa achavam que o açúcar do Brasil perdia um terço do peso. Daí a queda dos seus preços e o retrocesso da cultura da gramínea ante o progresso da lavoura cafeeira." "Os senhores de engenho, misoneístas, repelindo a introdução dos mecanismos novos e a ajuda dos técnicos, limitavam-se a culpar o Governo de sua ruína progressiva e da repulsa que os mercados mundiais opunham aos seus produtos, cada vez piores, em confronto com os de outras potências."

Culpa do Governo ou dos produtores, o fato é que, depois de havermos dominado, por quase um século e meio, o mercado mundial do açúcar, fomos vencidos por concorrentes de cuja técnica estávamos atrasados, segundo se calcula, em trinta anos, aproximadamente.

Esclarece-se, por outro lado, que o atraso do Brasil se deveu à "falta de iniciativa por parte dos produtores de açúcar, sobretudo para viajar, procurar conhecer, como haviam feito os cubanos, e, ainda, à limitação dos capitais necessários ao desenvolvimento de empreendimentos modernos".

MODERNIZAÇÃO

Foi na década de 60, século XIX, que Pernambuco experimentou a modernização de sua agroindústria. O engenho São Francisco, de Barros Lacerda, instalou uma caldeira Wetzel, evaporadores Taylor e duas turbinas Weston. Seguiu-se-lhe o Engenho Frágoso, de Olinda, com uma centrifugadora ameri-

cana. A primeira usina de Pernambuco foi instalada em janeiro de 1887.

A Província do Rio de Janeiro em 1827 já possuía um engenho a vapor e mais três, sete anos depois, e 700 engenhos movidos a água ou animais. Trinta anos depois, possuía 68 engenhos a vapor, além de 267 engenhocas, com a produção duplicada. A Usina Quissamã se instalou em setembro de 1877, e a Barcelos, em Campos, quase cem anos depois.

No século XIX, Martius considerava o açúcar de Campos melhor que o de Pernambuco, e Koster a agricultura da Província fluminense mais adiantada.

São Paulo, depois de iniciar a produção de açúcar em São Vicente, transferiu-a para Itu, Campinas e Jundiá, mas com pouca produtividade. O aparecimento do café levou os paulistas, como sucedeu com os nordestinos em relação ao algodão, a deixarem o açúcar, ao qual só retornaram depois da queda daquele produto.

Identificam-se como razões do nosso atraso “a aversão sistemática às inovações e a tóda transformação por parte dos produtores de açúcar e “da própria elite dirigente quando se tratava de desenvolvimento econômico”. E acentua-se que “uma ampla faixa da sociedade rural, mesmo reinvestindo copiosos recursos nas modernas instalações, omite-se, ainda, hoje, no que tange ao processo tecnológico, como se êste fôra um acessório conspícuo, excrescente das necessidades de uma verdadeira empresa”.

NOVA OPORTUNIDADE

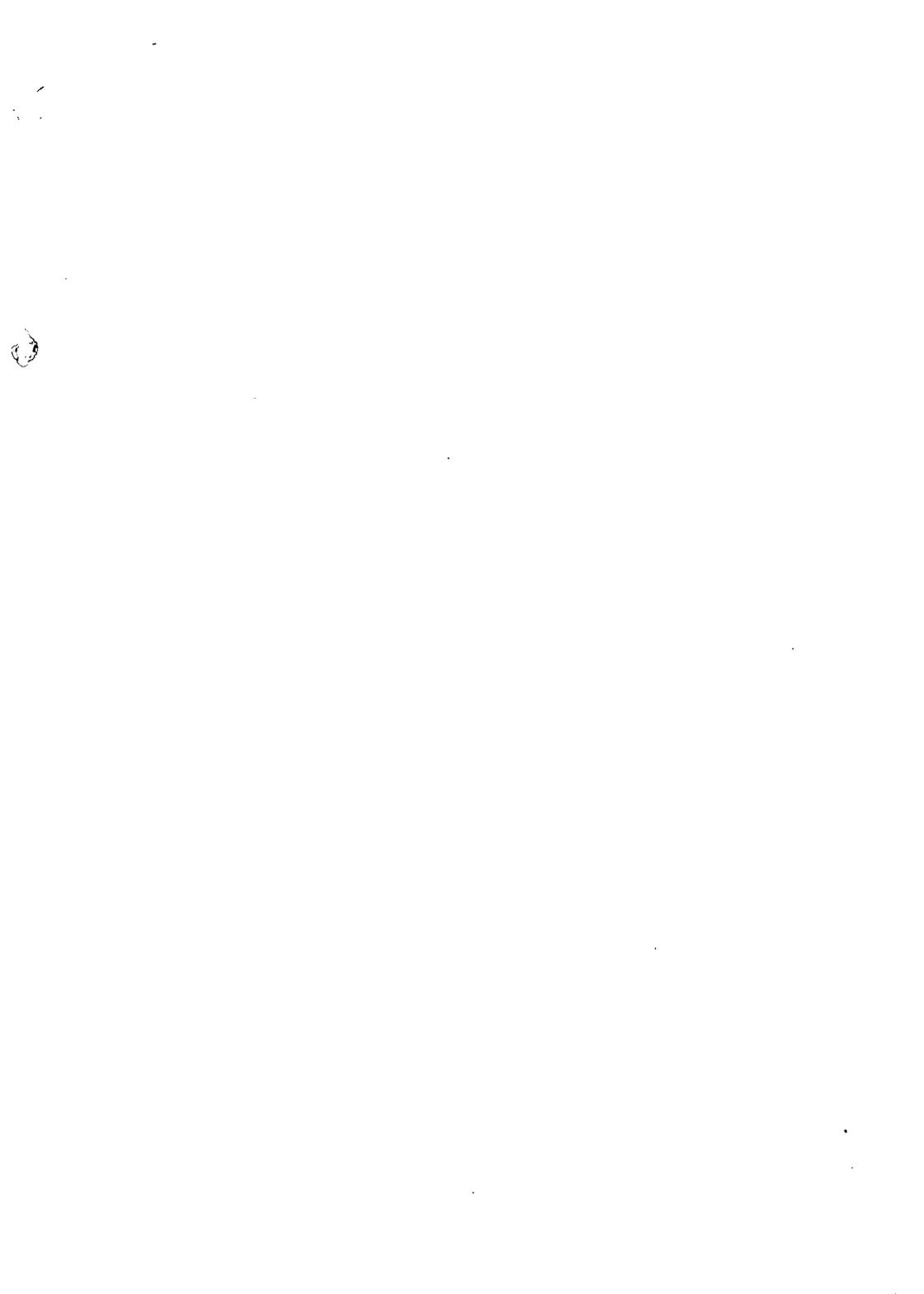
Senhores Senadores,

Está aí o passado, em rapidíssimas pinceladas. Fomos por 140 anos os senhores do mercado internacional do açúcar e perdemos a nossa posição por culpa nossa, pelos nossos erros, pela nossa inconstância, pela nossa imprevidência, pelo nosso conservadorismo, avessos às mudanças e aos avanços tecnológicos. Temos agora uma nova oportunidade de melhorarmos a nossa posição no mercado internacional do açúcar, e para isso carecemos sobretudo de modernizar a nossa agricultura. Cuba produziu em 1970 oito milhões de toneladas de açúcar e se empenha em produzir mais, o que não tem conseguido. O Brasil produziu no mesmo ano cinco milhões de toneladas, e todo nosso esforço é no sentido de evitar o aumento da nossa produção, embora incalculável nossa capacidade de expansão. Somos, Cuba e Brasil, os dois maiores produtores do Mundo. A nova política do açúcar, que se inicia com o projeto governa-

mental em exame pelo Congresso, visa a dar-nos condições para competir com os cubanos e outros produtores no mercado externo. Não podemos crescer para o mercado interno na medida das nossas possibilidades de produção. Já consumimos muito: 38,4 Kg **per capita**. As projeções da FAO nos dão um consumo de 40,3 Kg em 1975. Certo que a nossa capacidade de produção superará em muito nossa capacidade de absorção. O mercado externo se apresenta como a solução para nós. E a primeira providência a ser tomada para ampliar nossas vendas lá fora é colocar o setor agrícola em sintonia com o industrial, o que se espera decorra da nova legislação revolucionária.

Vale, por fim, acentuar que o açúcar é artigo de consumo sempre crescente da humanidade. Pelo quadro que publico em anexo a este discurso, vêem-se as imensas possibilidades dêle no campo internacional. Enquanto há países que em 1975 estarão consumindo 44,8 quilos **per capita**, como os Estados Unidos, há numerosos outros que se situam na faixa dos 15 quilos, como o Japão e a Romênia, dos 13,5 como a Grécia, dos 11,8, como a Turquia, 18,5 como a Tailândia, dos 2,9, como a China Nacionalista. A FAO calcula que entre 1980 e 1985 não haverá açúcar suficiente para alimentar o Mundo.

Temos, pois, o grande desafio: vamos produzir açúcar para atendimento das necessidades do Mundo, com produtividade, de boa qualidade, de custo baixo e de preços reduzidos.



ANEXOS

**APARTES AO DISCURSO DO
SENADOR AMARAL PEIXOTO,
PRONUNCIADO NO SENADO
A 5 DE MAIO DE 1971**

Depois de se referir à exposição de motivos que acompanhou o Projeto do Governo sobre a produção açucareira, disse o Senador Amaral Peixoto, ex-governador do Estado do Rio, com apartes dos Senadores Arnon de Mello, de Alagoas, e Paulo Guerra, de Pernambuco:

O SR. AMARAL PEIXOTO — A tese e a filosofia do projeto governamental são aceitas por todos os que examinaram o problema. Ninguém pode se opôr a uma contingência do processo evolutivo da economia nacional. O consumo interno e as possibilidades de exportação estão a exigir um aumento de produção. Mas, o que os representantes do Estado do Rio, de Minas, Pernambuco e Sergipe tinham em mente, quando fizeram observações e apresentaram emendas, era a conservação do princípio de equilíbrio. Não desejavam, não podiam aceitar que a expansão de novas áreas açucareiras viesse destruir a estabilidade dos centros produtores tradicionais; que uma nova política, à guisa de revolucionar métodos e sistemas, viesse marginalizar outras áreas produtoras; que uma expansão de São Paulo sufocasse os produtores fluminenses e mineiros; que a expansão de Alagoas aniquilasse os sofridos centros produtores de Pernambuco e Sergipe.

LIMITES INJUSTOS

O Sr. Arnon de Mello — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO — Pois não.

O SR. Arnon de Mello — Nós não poderíamos, Excelência, concordar com uma decisão em matéria de cotas que prejudicasse os outros Estados. Nós não queremos para outros o que não queremos para nós, e Alagoas já havia sido vítima, em 1965, por força da Lei n.º 4.870, de semelhante grave injustiça, que muito sacrificou o Estado. Peço permissão a V. Ex^a para juntar ao seu brilhante discurso êstes dados oficiais: Pernambuco teve, em 1965, uma cota anual de 18. milhões de sacas, e desde então produziu, no máximo, 16 milhões; Sergipe teve uma cota de 3.897.000 sacas e produziu, no máximo, 835.000; a Bahia, uma cota de 2.469.000 sacas e produziu 780.000, no máximo; Rio Grande do Norte, uma cota de 737.412 e produziu 439.023, e os demais Estados tiveram uma cota global de 790.809 e todos juntos produziram, no máximo, 200.000. No entanto, meu Estado

de Alagoas o mais que obteve em 1965 foi uma cota de 7.679.618 sacas, e, logo depois, a superava, produzindo, em 1968, 7.839.076; em 1969, 8.939.601; e em 1970/71, 9.800.000. Se não fôsse a sêca terrível que sofremos, teríamos agora produzido talvez doze milhões de sacas. Fomos o único Estado a ultrapassar a sua cota, o que comprova que não foi justo o limite que nos atribuíram em 1965.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Agradecendo o aparte do ilustre Senador, darei a mesma resposta que V. Ex^a me deu quando o aparteei: aguarde o desdobramento do meu discurso e vai ver que as divergências entre nós não são tão profundas.

O Sr. Arnon de Mello — Não há divergência, Senador.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Houve, no momento, má compreensão. O projeto, como adiante vou mostrar, não foi devidamente esclarecido. Peço a V. Ex^a um pouco de paciência.

APARTE DO SENADOR PAULO GUERRA

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO — Com prazer.

O Sr. Paulo Guerra — Estou ouvindo V. Ex^a com muita atenção e respeito, mas aproveito o oportuno discurso de V. Ex^a para responder, mais uma vez, a insistência do eminente Senador por Alagoas, quando S. Ex^a declara que a indústria açucareira de Pernambuco produziu, no máximo, desde 1965, 16 milhões de sacas de açúcar, quando tinha uma cota de 18 milhões de sacas. S. Ex^a, como grande representante do seu Estado, não vai às raízes históricas para verificar porque Pernambuco teve a sua produção de açúcar estagnada.

O TERMINAL

Depois de lembrar as greves que no Governo João Goulart houve em Pernambuco, perturbando-lhe a vida econômica, o Senador Paulo Guerra acentua:

O Sr. Paulo Guerra — Alagoas, ao contrário, sempre foi um Estado privilegiado nesse setor. E, quando da Revolução teve no Instituto do Açúcar e do Alcool um Presidente que foi um verdadeiro patrono da indústria açucareira de Alagoas. Agora mesmo, depois de o Governo Federal investir somas fabulosas no terminal açucareiro em Pernambuco, que está quase concluído — por razões que não consigo entender, o Governo está iniciando a construção de outro terminal açucareiro em Alagoas que terá grande capacidade de operação ociosa. Desta maneira, não vejo a razão por que o nobre Senador Arnon de Mello,

tôdas as vêzes que se refere a essa redistribuição de cotas vai diretamente aos 18 milhões de sacas do limite atribuído a Pernambuco, citando a sua produção máxima que foi a de 16 milhões de sacas.

RESPOSTA DO SENADOR ARNON DE MELLO

O Sr. Arnon de Mello — O ilustre orador permite um ligeiro aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO — Nobres Senadores, vou me ausentar dessa disputa entre Pernambuco e Alagoas, declarando, como diria o carioca: — “Não sou daqui, sou de Niterói”; estou fora do assunto.

O Sr. Arnon de Mello — Nobre Senador Amaral Peixoto, muito obrigado pela oportunidade que me dá de dizer algumas palavras em resposta ao meu prezado e eminente colega, Senador Paulo Guerra. Ao apartear V. Ex^a não me referi sòmente a Pernambuco. Citei os nomes de todos os Estados do Nordeste que produzem açúcar.

DEFESA DE ALAGOAS

O Sr. Paulo Guerra — V. Ex^a já trouxe êsses dados cinco vêzes aqui.

O Sr. Arnon de Mello — Não sei bem quantas vêzes os trouxe, porque não as contei como V. Ex^a, nobre Senador, mas o fiz como argumento para melhor defender os direitos do meu Estado. Senador Paulo Guerra: V. Ex^a representa o seu grande Pernambuco, e eu represento a minha pequena Alagoas. É natural e justo que eu defenda meu Estado como V. Ex^a defende o seu.

O Sr. Paulo Guerra — V. Ex^a pode defender o seu Estado sem procurar aludir ao Estado de Pernambuco, sofrido por problemas cujas raízes históricas são mais profundas, são sociais.

O Sr. Arnon de Mello — Devo confessar, nobre Senador, que não imaginava que V. Ex^a se ferisse tanto com uma verdade histórica.

O Sr. Paulo Guerra — Eu não estou ferido, estou estranhando a atitude de V. Ex^a

O SR. AMARAL PEIXOTO — Eu pediria licença aos nobres Senadores para poder continuar o meu discurso, pois acho que agradecerá a ambos.

FINAME E NÃO IAA FINANCIOU REEQUIPAMENTO

O Sr. Arnon de Mello — Peço a V. Ex^a, Senador Amaral Peixoto, que me conceda o ensejo de mais um esclarecimento.

Alagoas não foi absolutamente beneficiada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool em detrimento dos demais Estados. Tenho em mãos dados que lerei aqui, comprovando o que afirmo. Ontem, o grande Senador João Cleofas, num aparte com que me honrou, disse que Alagoas foi muito beneficiada também com empréstimos de órgãos públicos para reequipamentos de suas usinas. Mas, meu caro colega Senador Paulo Guerra, os equipamentos para as usinas não são financiados pelo Instituto e sim pelo FINAME que atende a qualquer industrial. Possuo uma pequena empresa gráfica em Alagoas, para a qual nos foi sugerido um financiamento do FINAME, que não pleiteei. Se os industriais de açúcar de Pernambuco não recorreram ou não recorrem ao FINAME, o caso é com eles, porque bem poderiam fazê-lo. Financiamentos são obtidos a nível de empresa, por qualquer indústria, dentro das determinações legais. Reafirmo o que disse: o Instituto do Açúcar e do Alcool ajudou mais a Pernambuco do que a Alagoas em empréstimos, consolidação de dívidas e avais, na proporção de sacas de açúcar produzidas.”

PATRONO DE PERNAMBUCO

Continuando o seu aparte, declarou mais o Senador de Alagoas:

O Sr. Arnon de Mello — O próprio ex-Presidente do IAA, que o eminente Senador Paulo Guerra diz haver sido “verdadeiro patrono da indústria açucareira de Alagoas”, foi antes “verdadeiro patrono” da indústria açucareira de Pernambuco: deu consolidação de dívidas às usinas de Pernambuco e não deu às de Alagoas; fez a concorrência e iniciou a construção do Terminal Açucareiro de Recife, e o de Maceió até hoje ainda espera pela concorrência para ter iniciada a sua construção. Aliás, a respeito do Terminal Açucareiro — que só vai ser construído em Maceió depois de pronto o de Recife, quando deveriam ser construídos ao mesmo tempo, lamento profundamente, Senador Amaral Peixoto, que os nobres Senadores pernambucanos queiram negar-nos o direito de possuí-lo. Desejam porventura que nós, que procuramos instantemente reduzir os custos da nossa produção, a encareçamos, arcando com as despesas de transporte através até de cerca de 300 quilômetros para levar o nosso açúcar ao Porto de Recife e daí embarcá-lo para o exterior? Não, Senador Paulo Guerra, isto é mais do que uma desumanidade, é um êrro.

O SR. AMARAL PEIXOTO — O assunto do Terminal não está sendo discutido. Estamos preocupados com a lei.

O Sr. Arnon de Mello — Foi o nobre Senador Paulo Guerra que referiu o Terminal Açucareiro. V. Ex^a me perdôe que lhe tenha tomado tanto tempo com os meus apartes ao seu oportuno discurso. Mas fui forçado a fazê-lo em face dos apartes do eminente Senador Paulo Guerra. Agradeço a gentileza de V. Ex^a

(Da “Gazeta de Alagoas”, de Maceió, de 16-5-1971.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARNON DE MELLO, EM SEU DISCURSO.

QUADRO I: PRODUÇÕES REALIZADAS PELOS ESTADOS DO NORDESTE, ANTES E DEPOIS DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS EFETUADAS EM 1966

UNIDADE: SACO DE 60 QUILOS

SAFRA	PRODUÇÕES ANUAIS DE AÇÚCAR NOS ESTADOS DO NORDESTE							
	Pernambuco	Alagoas	Paraíba	Sergipe	Bahia	R. G. Norte	Demais Estados	Região Norte-Nordeste
1958/59	11 356 770	3 629 546	759 126	651 349	1 025 606	341 900	40 862	17 805 159
59/60	12 959 015	4 063 487	869 974	635 900	1 223 014	347 011	34 403	20 132 804
60/61	12 647 991	4 489 255	645 620	790 079	1 062 862	282 341	48 584	19 966 732
1961/62	13 438 180	5 087 734	910 593	763 151	876 193	353 190	60 542	21 489 583
62/63	10 216 184	3 813 144	868 964	515 669	959 673	337 097	62 261	16 773 002
63/64	11 618 930	4 579 470	806 407	668 012	1 001 046	321 641	74 016	19 069 522
1964/65	13 204 774	5 160 947	866 274	823 363	560 106	331 808	94 290	21 041 562
65/66	11 854 773	5 427 575	835 952	692 756	719 383	439 023	153 727	20 123 189
66/67	14 102 025	6 972 830	1 114 313	751 465	1 030 123	435 771	132 821	24 539 348
1967/68	14 722 007	7 115 746	1 029 137	733 261	865 694	364 848	114 466	24 945 159
68/69	14 288 699	7 839 076	928 019	803 137	489 870	371 525	154 552	24 874 878
69/70	16 101 965	8 939 601	1 045 086	881 073	607 805	468 130	226 905	28 270 295
1970/71	16 000 000	9 800 000	1 058 624	885 000	780 000	393 409	200 000	29 117 033
COTAS	18 022 916	7 679 618	1 665 774	3 897 742	2 469 492	737 412	790 809	35 263 763

Fonte: Publicações do IAA — Divisão de Estudos e Planejamento

Safras 70/71: Valores estimados a partir das posições ao fim de março de 1971.

QUADRO II: PARTICIPAÇÕES PERCENTUAIS DOS ESTADOS DO NORDESTE NA PRODUÇÃO REGIONAL, ANTES E DEPOIS DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS EFETUADAS EM 1966

SAFRA	PRODUÇÃO DOS ESTADOS % DA PRODUÇÃO DO NORDESTE						
	Pernambuco	Alagoas	Paraíba	Sergipe	Bahia	R. G. Norte	Demais Estados
1958/59	63, 78%	20, 38%	4, 26%	3, 66%	5, 76%	1, 92%	0, 23%
59/60	64, 37%	20, 18%	4, 32%	3, 16%	6, 07%	1, 72%	0, 17%
60/61	63, 35%	22, 48%	3, 23%	3, 96%	5, 32%	1, 41%	0, 24%
1961/62	62, 53%	23, 68%	4, 24%	3, 55%	4, 08%	1, 64%	0, 28%
62/63	60, 91%	22, 73%	5, 18%	3, 08%	5, 72%	2, 01%	0, 37%
63/64	60, 93%	24, 01%	4, 23%	3, 50%	5, 25%	1, 69%	0, 39%
1964/65	62, 76%	24, 53%	4, 12%	3, 91%	2, 66%	1, 58%	0, 45%
65/66	58, 91%	26, 97%	4, 15%	3, 44%	3, 57%	2, 18%	0, 76%
66/67	57, 47%	28, 41%	4, 54%	3, 06%	4, 20%	1, 78%	0, 54%
1967/68	59, 02%	28, 53%	4, 13%	2, 94%	3, 47%	1, 46%	0, 46%
68/69	57, 44%	31, 51%	3, 73%	3, 23%	1, 97%	1, 49%	0, 62%
69/70	56, 96%	31, 62%	3, 70%	3, 12%	2, 15%	1, 66%	0, 80%
1970/71	54, 95%	33, 66%	3, 64%	3, 04%	2, 68%	1, 35%	0, 69%
Cota Estado % Cota Nordeste	51,109%	21,778%	4,724%	11,053%	7,003%	2,091%	2,243%

Obs.: Valores deduzidos do Quadro I.

QUADRO III: PRODUÇÕES MÉDIAS TRIENAIS DOS ESTADOS DO NORDESTE, ANTES E DEPOIS DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS EFETUADAS EM 1966

UNIDADE: SACO DE 60 Kg

TRIÊNIO	PRODUÇÕES MÉDIAS ANUAIS NOS TRIÊNIOS INDICADOS NA COLUNA À ESQUERDA							
	Pernambuco	Alagoas	Paraíba	Sergipe	Bahia	R. G. Norte	Demais Estados	Região Norte-Nordeste
1958/61	12 321 259	4 060 763	758 240	692 443	1 103 827	323 751	41 283	19 301 566
59/62	13 015 062	4 546 825	808 729	729 710	1 054 023	327 514	47 843	20 529 706
60/63	12 100 785	4 463 378	808 392	689 633	966 243	324 209	57 132	19 409 772
1961/64	11 757 765	4 493 449	861 988	648 944	945 637	337 309	65 610	19 110 702
62/65	11 679 963	4 517 854	847 215	669 015	840 275	330 182	76 859	18 961 362
63/66	12 226 159	5 055 997	836 211	728 044	760 178	364 157	107 344	20 078 091
1964/67	13 053 857	5 853 784	938 846	755 861	769 871	402 201	126 946	21 901 366
65/68	13 559 602	6 505 384	993 134	725 827	871 733	413 214	133 671	23 202 565
66/69	14 370 910	7 309 217	1 023 823	762 621	795 229	390 715	133 946	24 786 462
1967/70	15 037 557	7 964 808	1 000 747	805 824	654 456	401 501	165 308	26 030 111
68/71	15 463 555	8 859 559	1 010 576	856 403	625 892	411 021	193 819	27 420 735
Cotas	18 022 916	7 679 618	1 665 774	3 897 742	2 469 492	737 412	790 809	35 263 763

QUADRO IV: PRODUÇÕES MÉDIAS ANUAIS DOS ESTADOS DO NORDESTE, PREVISTAS PARA O TRIÊNIO 1971/74 — COMPARAÇÃO ENTRE A ESTRUTURA PREVISTA PARA A PRODUÇÃO E A ESTRUTURA DA ATUAL DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS OFICIAIS

ESTADO	Produções previstas (milhões de sacos)	Participações percentuais		Produções previstas em % das cotas atuais	Índices de ocupação: 100 m col. A col. B
		Nas produções previstas (col. A)	Nas cotas atuais do Nordeste (col. B)		
Pernambuco	15,743	55,37%	51,11%	87,35%	108,33%
Alagoas	9,535	33,54%	21,78%	124,16%	153,99%
Paraíba	1,120	3,94%	4,72%	67,24%	83,47%
Sergipe	0,848	2,98%	11,05%	21,76%	26,97%
Bahia	0,510	1,79%	7,00%	20,65%	25,57%
R. G. do Norte	0,450	1,58%	2,09%	61,02%	75,60%
Demais Estados	0,225	0,79%	2,24%	28,45%	35,27%
Norte-Nordeste	28,431	100%	100%	80,62%	100%

Nota: Para a estimativa das "produções previstas" para o triênio 1971/74, foram determinadas as retas de regressão, segundo o "critério dos mínimos quadrados", aplicado às médias móveis trienais constantes do Quadro III.

QUADRO V: INDICADORES DE FAIXA DE OCUPAÇÃO DAS COTAS OFICIAIS DAS USINAS DO NORDESTE, SEGUNDO GRUPOS, CONFORME QUADROS ANEXOS.

GRUPO	Cota oficial (sacos de 60 kg)	Produção média no triênio 1967/70	Produção média % da cota oficial	μ x Cota	Produção — Cota		Produção — μ x Cota	
					EXCESSO (sacos de 60kg)	FALTA (sacos de 60kg)	EXCESSO (sacos)	FALTA (saco)
Grupo A	8 543 486	10 794 010	126,34	6 306 414	2 250 524	—	4 487 596	—
Grupo B	5 309 845	4 977 424	93,74	3 919 487	—	332 421	1 057 938	—
Grupo C	5 719 129	4 538 008	79,35	4 221 602	—	1 181 121	316 406	—
Grupo D	6 835 571	4 454 108	65,16	5 045 708	—	2 381 463	—	591 601
Grupo E	6 105 899	1 266 561	20,74	4 507 098	—	4 839 338	—	3 240 537
Grupo F	2 749 833	—	—	2 029 802	—	2 749 833	—	2 029 802
Norte- Nordeste	35 263 763	26 030 111	73,82	26 030 111	—	9 233 652	—	—

QUADRO VI: USINAS QUE PRODUZIRAM MENOS DE 25% DAS SUAS COTAS NO TRIÊNIO 1967/70 E QUE CAÍRAM DE PRODUÇÃO NOS TRÊS TRIÊNIOS ANTERIORES

Usina — Estado	Cota oficial	Produção média no triênio 58/61	Produção média no triênio 67/70
N. S. Auxiliadora	200.000	49.708	45.563
Brasil	200.000	24.765	15.998
Paranaguá	207.154	171.366	14.942
Altamira	200.000	7.939	6.426
Pedras	200.000	11.519	4.554
Cumbe	200.000	8.069	4.112
Boa Vista	200.000	8.079	3.772
Aliança	29.296	1.289	1.002
Soma	1.436.450	282.734	96.374

GRUPO A: USINAS CUJAS PRODUÇÕES MÉDIAS NO TRIÊNIO 1967/70 FORAM SUPERIORES ÀS SUAS COTAS OFICIAIS

USINA — ESTADO		Média no triênio 67/70 % da cota	Cota oficial atribuída em 1966	Produção média no triênio 67/70	Produções anuais no triênio 67/70			Safrsa 1970/71	Maior safra em % da cota oficial
					Safra 1967/68	Safra 1968/69	Safra 1969/70		
Triunfo	AL	204,68	226 440	463 488	313 525	480 225	596 714	726 195	320,70
Coruripe	AL	177,07	267 395	473 480	389 415	465 505	565 520	675 790	525,73
Ouricuri	AL	168,03	238 164	400 183	325 572	401 961	473 016	502 826	211,13
Capricho	AL	160,17	299 921	480 378	431 083	474 650	535 400	528 454	178,51
Laginha	AL	158,86	307 087	487 830	401 568	476 553	585 369	600 540	195,56
Sinimbu	AL	147,29	266 452	392 445	358 199	378 631	440 504	514 058	192,93
Ólho D'Água	PE	146,23	372 527	544 736	541 278	493 360	599 570	579 830	160,95
Barra	PE	134,03	317 693	425 806	433 990	411 840	431 587	462 980	145,73
Caeté	AL	132,44	200 205	265 148	208 477	282 020	304 946	312 460	156,07
São Simeão	AL	128,72	239 973	308 905	263 980	302 000	360 734	472 110	196,73
Santana	AL	125,15	322 085	403 103	388 443	407 840	413 025	438 224	136,06
Mussurepe	PE	123,50	248 864	307 345	346 443	287 485	288 107	292 168	139,21
Uruba	AL	123,13	289 180	356 062	318 156	379 020	371 010	307 486	131,07
João de Deus	AL	123,06	200 000	246 116	217 625	244 289	276 433	286 611	143,31
N.S. Maravilhas	PE	120,60	343 258	413 976	384 557	402 328	455 042	457 850	133,38
Aliança	PE	118,89	588 642	699 816	741 885	692 262	663 300	618 454	126,03
St. Antônio	AL	118,68	200 933	238 465	180 986	251 752	282 657	313 203	155,87
Cruangi	PE	117,00	424 212	496 327	501 250	460 660	527 070	543 160	128,04
Petribu	PE	112,64	332 444	374 455	372 489	375 838	375 038	457 450	137,60
St. Teresa	PE	109,00	543 231	592 123	608 897	593 551	573 922	587 000	112,09
Matarí	PE	107,80	503 037	542 260	521 380	545 891	559 510	570 600	113,43
Ipojuca	PE	106,80	281 622	300 786	278 500	264 725	359 132	326 308	127,52
Pedrosa	PE	105,75	228 441	241 570	257 224	217 628	249 858	264 425	115,75
Campo Verde	AL	105,08	200 000	210 157	178 470	210 000	242 000	218 233	121,00
Bititinga	AL	104,57	221 446	231 556	203 080	231 589	260 000	305 353	137,89
Trapiche	PE	102,04	627 284	640 053	620 960	586 365	712 835	623 990	113,64
Sta. Clotilde	AL	101,78	252 950	257 441	262 329	246 115	263 880	360 188	142,39

**GRUPO B: USINAS CUJAS COTAS OFICIAIS FORAM ULTRAPASSADAS PELO MENOS UMA VEZ NAS QUATRO
ÚLTIMAS SAFRAS**

USINA — ESTADO		Média no triênio 67/70 em % da cota	Cota oficial atribuída em 1966	Produção média no triênio 67/70	Produções anuais no triênio 67/70			Safrá 1970/71	Maior safrá em % da cota oficial
					Safrá 1967/68	Safrá 1968/69	Safrá 1969/70		
Serra Grande	AL	99,21	533 266	529 053	580 309	469 300	537 550	538 720	108,82
N. S. do Carmo	PE	99,10	201 060	199 257	203 007	180 715	214 048	190 322	106,46
Bom Jesus	PE	97,55	380 233	370 904	374 454	316 090	422 167	351 130	111,03
União Indústria	PE	97,41	376 504	366 768	360 120	339 285	400 900	389 189	106,48
N. S. de Lourdes	PE	97,34	207 710	202 191	215 862	183 455	207 255	254 025	122,30
Santa Helena	PB	97,15	276 716	268 841	285 075	234 784	286 665	—	103,60
Tiúma	PE	96,95	592 462	574 409	581 394	537 703	604 130	642 022	108,37
Pumati	PE	96,69	429 200	414 983	433 120	374 020	437 810	424 536	102,01
Frei Caneca	PE	96,23	268 535	258 410	223 350	248 500	303 380	222 900	112,98
Peixe	AL	93,70	271 857	254 718	242 089	243 035	279 030	305 360	112,32
Camarágibe	AL	92,90	200 000	185 798	151 716	168 584	237 094	312 023	156,01
São José	PE	92,64	376 727	349 017	340 170	329 969	376 911	395 470	104,98
Jaboatão	PE	90,81	315 195	286 244	279 498	252 939	326 295	307 886	103,52
Santa Amália	AL	89,33	202 596	180 972	155 996	178 850	208 071	226 723	111,91
Caxangá	PE	80,21	277 784	222 814	199 924	189 830	278 687	242 237	100,33
Terra Nova	AL	78,92	200 000	157 830	135 120	153 730	184 640	213 150	106,58
Central Riachuelo	SE	77,61	200 000	155 215	102 806	150 270	212 570	—	106,29

GRUPO C: USINAS CUJAS PRODUÇÕES MÉDIAS NO TRIÊNIO 1967/70, MEDIDAS EM % DAS RESPECTIVAS COTAS OFICIAIS, FORAM SUPERIORES A 70%

USINA — ESTADO		Média no triênio 67/70 em % da cota	Cota oficial atribuída em 1966	Produção média no triênio 67/70	Produções anuais no triênio 67/70			Safrá 1970/71	Maior safra em % da cota oficial
					Safra 1967/68	Safra 1968/69	Safra 1969/70		
Central Leão	AL	91,90	801 769	736 810	753 818	733 620	722 993	675 672	94,02
Santo André	PE	91,69	303 492	278 281	286 070	270 256	278 517	251 010	94,26
Barão de Suassuna	PE	88,66	210 694	186 800	184 012	180 965	195 424	180 990	92,75
Roçadinho	PE	84,65	297 417	251 755	221 558	245 135	288 573	238 346	82,42
Bulhões	PE	82,12	363 383	298 413	282 803	296 896	315 540	310 550	86,83
São João	PB	77,95	336 931	262 636	287 177	247 900	252 832	—	85,23
Cinco Rios	BA	77,72	200 000	155 438	187 105	95 973	183 237	—	93,55
Sta. Teresinha	PE	76,11	946 535	720 363	685 750	741 300	734 040	632 470	78,32
Treze de Maio	PE	74,76	283 773	212 161	171 180	190 845	274 457	283 090	99,76
Laranjeiras	PE	74,66	201 366	150 339	152 975	132 051	165 992	192 010	95,35
Estrellana	PE	73,34	444 560	326 036	307 250	276 148	394 710	325 597	88,79
Taquara	AL	72,91	200 000	145 821	134 590	132 020	170 854	186 670	93,34
Cucaú	PE	72,50	861 538	624 593	605 800	591 680	676 300	573 694	78,50
Serro Azul	PE	70,45	267 671	188 562	137 050	193 430	235 207	233 354	87,87

GRUPO D: USINAS QUE PRODUZIRAM, NA MÉDIA DO TRIÊNIO 1967/70, ENTRE 50 e 70% DAS RESPECTIVAS COTAS OFICIAIS

USINA — ESTADO		Média no triênio 67/70 em % da cota	Cota oficial atribuída em 1966	Produção média no triênio 67/70	Produções anuais no triênio 67/70			Safrá 1970/71	Maior safrá em % da cota oficial
					Safrá 1967/68	Safrá 1968/69	Safrá 1969/70		
Barreiros	PE	69,86	1 323 881	924 807	872 530	900 282	1 001 610	861 470	75,66
Cachoeira	AL	68,90	200 000	137 810	108 639	140 934	163 856	168 949	84,47
Alegria	AL	68,78	259 586	178 533	20 832	159 762	175 005	244 577	94,22
Estivas	RN	68,51	200 000	137 014	123 981	119 942	167 120	—	83,56
Salgado	PE	68,47	366 868	251 202	315 673	271 915	166 018	234 260	86,05
S. José do Pinheiro	SE	67,94	316 600	215 110	208 949	215 990	220 390	—	69,61
São Francisco	RN	67,72	200 000	135 433	136 467	131 050	138 782	—	69,39
Catende	PE	66,88	1 308 028	874 872	844 083	825 032	955 502	906 599	73,05
Ilha Bela	RN	64,53	200 000	129 054	104 400	120 533	162 228	—	81,11
Cariri	CE	63,27	200 000	126 544	86 337	114 690	178 605	—	89,30
Passagem	BA	60,00	200 000	120 007	130 000	90 000	140 020	—	70,01
Água Branca	PE	58,37	458 763	267 776	242 690	282 637	278 000	241 601	61,61
Santa Rita	PB	58,12	200 000	116 247	101 610	126 125	121 005	—	63,06
Mercês	PE	56,52	282 870	159 876	153 200	120 040	206 387	200 700	72,96
Tanques	PB	54,58	200 000	109 169	105 936	97 445	124 127	—	62,06
Itapetingui	BA	54,41	200 000	108 818	112 404	88 348	125 702	—	62,85
Pôrto Rico	AL	53,66	200 000	107 326	96 794	96 857	128 328	109 225	64,16

GRUPO E: USINAS QUE PRODUZIRAM, NA MÉDIA DO TRIÊNIO 1967/70, MENOS DO QUE 50% DAS RESPECTIVAS COTAS OFICIAIS.

USINA — ESTADO		Média no triênio 67/70 em % da cota	Cota oficial atribuída em 1966	Produção média no triênio 67/70	Produções anuais no triênio 67/70			Safras 1970/71	Maior safra em % da cota oficial
					Safra 1967/68	Safra 1968/69	Safra 1969/70		
Boa Sorte	AL	49,38	200 000	98 769	83 555	91 526	120 928	145 261	72,63
Monte Alegre	PB	44,87	200 000	89 748	101 560	83 893	83 790	—	50,78
Santa Maria	PB	42,93	200 000	85 855	85 845	70 000	101 720	—	50,86
Santa Clara	SE	41,00	200 000	82 005	58 461	75 004	112 550	—	56,28
Proveito	SE	37,76	200 000	75 520	58 079	73 861	94 620	—	47,31
Santana	PB	34,13	200 000	68 251	61 934	67 872	74 947	—	37,47
Olteirinhos	SE	32,54	400 000	130 145	101 203	141 442	147 789	—	36,95
Vassouras	SE	28,32	200 000	57 634	41 026	55 494	76 381	—	38,19
Sibéria	PE	28,32	200 000	56 633	49 419	48 030	72 449	71 120	36,22
D. João	BA	26,05	200 000	52 099	114 322	41 975	—	—	57,16
Caraíbas	SE	25,07	200 000	50 137	81 532	68 878	—	—	40,77
Aliança	BA	24,68	602 595	148 690	292 733	153 388	—	—	48,58
N. S. Auxiliadora	PE	22,78	200 000	45 563	46 320	45 290	45 080	36 900	23,16
Recanto	AL	18,24	200 000	36 478	31 080	38 708	39 645	Relocalizada	19,82
Cravatá	PE	12,44	200 000	24 877	27 004	22 277	25 351	30 264	15,13
Santana	PI	11,10	200 000	22 205	16 141	20 004	30 470	—	15,24
Terra Nova	BA	10,29	466 854	48 037	—	—	144 110	—	30,87
Brasil	PE	7,90	200 000	15 998	16 038	15 030	16 325	17 435	8,72
Itapirema	MA	7,78	200 000	15 556	10 988	18 560	17 121	—	9,28
Paranaçuá	BA	7,21	207 154	14 942	29 130	14 430	1 265	—	14,06
S. José (Itanh)	SE	5,93	200 000	11 852	16 975	10 845	7 735	—	8,49
Aliança	MA	3,42	29 296	1 002	1 000	1 298	709	—	4,43
Altamira	BA	3,21	200 000	6 426	—	5 806	13 471	—	6,74
Pedras	SE	2,28	200 000	4 559	8 691	8 987	—	—	4,49
Cumbe	SE	2,06	200 000	4 112	3 873	3 264	5 198	—	2,60
Boa Vista	SE	1,89	200 000	3 772	4 374	3 102	3 840	—	2,19

TABELA I
CONSUMO DE AÇÚCAR E PRODUTO NACIONAL BRUTO
(Per Capita)
1960-63

Países	P. N. B. US\$/hab.	Consumo Kg/hab. ano	Elastici- dade	Países	P. N. B. US\$/hab.	Consumo Kg/hab. ano	Elastici- dade
Estados Unidos	2.684	44,8	0	Polônia	549	26,3	0,3
Canadá	1.787	44,5	0	Bulgária	553	17,6	0,7
Reino Unido	1.738	49,1	-0,1	Romênia	550	15,0	0,6
Suíça	1.689	42,8	0,1	Chipre	521	22,7	0,5
Nova Zelândia	1.563	41,4	0,1	Japão	521	15,7	0,7
Austrália	1.492	49,5	0	África do Sul	480	42,2	0,1
Dinamarca	1.381	49,4	0	Chile	453	31,2	0,4
Alemanha Ocidental	1.338	30,3	0,4	Argentina	445	35,1	0,4
Suécia	1.318	41,3	0,1	Jamaica	431	35,8	0,3
França	1.314	31,4	0,3	Uruguai	420	33,1	0,2
Irlanda	1.269	44,3	0,2	Panamá	410	22,6	0,5
Bélgica-Luxemburgo	1.255	31,7	0,3	Grécia	406	13,5	0,7
Alemanha Oriental	1.083	29,9	0,3	Arábia Saudita	380	14,3	0,8
Finlândia	1.057	40,0	0,2	Cuba	372	51,8	-0,1
Países Baixos	1.027	42,9	0,2	México	367	32,9	0,4
Venezuela	949	34,4	0,3	Espanha	354	18,7	0,6
Áustria	886	36,4	0,3	Costa Rica	339	62,2	0,1
Israel	830	32,2	0,3	Líbano	314	21,2	0,6
Rússia	820	30,1	0,5	Honduras Britânicas—Suriname	310	28,0	0,3
Theco-eslováquia	750	36,5	0,2	Portugal	285	19,0	0,6
Itália	699	22,9	0,5	Iraque	273	29,5	0,5
Trindade-Tobago	658	32,9	0,2	Nicarágua	271	47,4	0,1
Hungria	657	26,7	0,3	Colômbia	270	52,5	0,1
Noruega	639	40,2	0,2	Guatemala	256	31,6	0,4

Países	P.N.B. US\$/hab.	Consumo Kg/hab. ano	Elasticidade	Países	P.N.B. US\$/hab.	Consumo Kg/hab. ano	Elasticidade
Iugoslávia	254	16,3	0,7	China (N)	105	2,9	1,0
Argélia	245	19,5	0,7	Congo	100	1,4	1,7
Malásia-Singapura	243	27,7	0,5	Tailândia	98	8,5	1,0
Peru	241	25,7	0,4	República África Central	95	0,4	2,0
El Salvador	222	36,5	0,6	Vietname	95	5,0	1,2
Rodésia	214	12,0	1,2	Haiti	94	12,7	0,7
Turquia	212	11,8	0,8	Sudão	93	10,2	0,9
República Dominicana	202	23,5	0,6	Madagáscar	88	7,1	1,5
Honduras	201	22,5	0,6	Moçambique	86	5,3	1,3
Iran	193	19,2	0,8	Coréia	81	6,6	1,1
Síria	182	15,5	0,7	Kênia	79	11,4	1,0
Tunísia	180	18,6	0,8	Índia	78	19,6	0,9
Jordânia	178	22,3	0,6	Paquistão	76	15,4	0,9
Equador	175	34,9	0,5	Camarões	75	1,5	2,0
Paraguai	174	16,1	0,6	Nigéria	73	1,4	1,7
Líbia	156	15,9	0,8	Angola	71	4,7	1,6
Brasil	154	40,3	0	Indonésia	69	10,1	1,1
Marrocos	150	27,8	0,5	Uganda	65	12,6	1,2
China (T)	142	9,4	1,1	Tanzânia	63	6,9	1,4
Filipinas	136	13,0	1,2	Birmânia	63	9,2	1,2
República Árabe Unida	135	15,9	0,9	Afganistão	60	3,3	1,5
Ceilão	129	18,6	1,0	Somália	55	13,8	1,5
Bolívia	119	18,1	0,5	Etiópia	44	2,0	1,5

Fonte: FAO — Agricultural Commodities — Projections for 1975 and 1985. Volume II.

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
BRASÍLIA - DF

Senado Federal



SEN00225605